

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45 — Série VII — N.º 81
16 de Outubro de 1975

Preço: 4\$00
Angola e Moçambique: 9\$50

Propriedade do Partido Comunista Português * Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 - 77 98 28 * Composição e Impressão - Heska Portuguesa * Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

Fortalecer e alargar a acção
das organizações populares

Pág. 8



A manifestação de apoio à constituição do Conselho Municipal de Lisboa

COESÃO E FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA DO MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS

(Págs. 8 e 9)



O impressionante aspecto da praça do Lavradio durante o comício realizado no Domingo

O PCP TRABALHA DE NORTE A SUL DO PAÍS

O nosso Partido está presente de norte a sul do País, promovendo grandes acções de massas e participando na contra-ofensiva das forças revolucionárias. O camarada Álvaro Cunhal e outros camaradas dirigentes do PCP estiveram em vários pontos do País, juntando as suas palavras revolucionárias às de milhares de trabalhadores que têm no nosso Partido a voz poderosa da vanguarda da classe operária (Págs. centrais)



MDM

(Pág. 4)

SINDICATOS

Retomando a iniciativa rumo à vitória, sindicatos e trabalhadores sindicalizados provam com a verdade dos factos que uma rápida estabilização da situação política, militar, económica e social não pode ser conseguida nem contra eles, nem contra as outras forças revolucionárias.

A contra-ofensiva do movimento popular de massas ficou bem patente, entre tantas manifestações, na grandiosa manifestação dos operários metalúrgicos que se estendeu a todo o País no último dia 7.

A força invencível que se desprende, dia a dia, da luta da classe operária e de todo o povo trabalhador, as grandes acções de massas em curso e as já realizadas são a prova concludente do poder que os trabalhadores organizados têm nas mãos e da forma como sabem utilizá-lo.

Os trabalhadores dos escritórios, na sua última assembleia de onze horas, pela firmeza e coesão manifestada, pela unidade que prevaleceu, sempre mantida acima das questões partidárias, deram um exemplo claro da força invencível da unidade perante o divisionismo contra-revolucionário, na solidez unânime do apoio à Intersindical, no reconhecimento dos erros cometidos, na vontade de avançar firmemente rumo ao socialismo (Pág. 8)

ENCONTRO NACIONAL DO MDM

O processo revolucionário português exige que a mulher se coloque ao lado do homem na construção do socialismo. A actividade do MDM constitui um importante contributo nesse sentido

Na construção de um Portugal democrático rumo ao socialismo, na luta pela edificação da sociedade sem classes onde seja banida para sempre a exploração do homem pelo homem, as mulheres têm um papel importante a desempenhar. Como trabalhadoras, operárias ou camponesas, intelectuais ou empregadas, mulheres ou mães, as mulheres devem colocar-se ao lado dos homens e juntos, lado a lado, construir a sociedade nova, mais justa, mais feliz.

O MDM, Movimento Democrático de Mulheres, desde a sua fundação, tem estado sempre na luta contra a discriminação social, política, económica e cultural a que as mulheres portuguesas foram sujeitas. Importante movimento unitário de mulheres, o MDM realizou, no passado domingo, o seu Encontro Nacional de Activistas, em que foram debatidos e aprovados documentos e conclusões sobre problemas fundamentais que afectam a mulher em Portugal.

Após a abertura as participantes no Encontro dividiram-se em três grandes grupos de trabalho para tratar das seguintes questões: «O MDM e o seu papel na organização das mulheres», «A Mulher no trabalho, na indústria, na agricultura e nos serviços», «A Mulher na família e na sociedade».

Em consequência dos debates surgidos no seio destes grupos de trabalho, foram aprovadas em plenário algumas disposições. Decidiu-se, nomeadamente, lutar pela criação de um órgão estatal que centralize todas as iniciativas em relação à infância, e exigir do Ministério dos Assuntos Sociais a rápida definição da sua política neste campo.

A luta contra a segregação sexual na remuneração de trabalho, condição indispensável para a emancipação da mulher, foi igualmente uma das conclusões resultantes dos debates anteriormente realizados.

No decorrer do Encontro Nacional do MDM procedeu-se, ainda, à aprovação dos estatutos e à eleição da direcção nacional, que ficou com a seguinte composição: Carolina Mega, Dulce Rebelo e Luisa Amorim (Lisboa), Isabel Abrantes (Setúbal), Ana Rosa (Aveiro), Esmeralda Rosa (Coimbra), Leonor Patrício (Porto), e Fernanda Patrício (Beja). Foi igualmente eleita a representação portuguesa ao próximo Congresso Mundial das Mulheres, que

se realizará em Berlim de 24 a 26 de Novembro. Da delegação portuguesa fará parte, como convidada de honra, a escritora Maria Lamas, grande combatente antifascista.

O reforço da organização unitária das mulheres é uma das tarefas importantes na construção de um Portugal democrático.

O Encontro Nacional do MDM constituiu um importante passo nesse caminho. Só a participação activa das mulheres nas lutas diárias do processo revolucionário, ao lado dos seus companheiros, poderá levar a bom termo as tarefas que se depaeram ao povo português na construção do socialismo.



A CLASSE OPERÁRIA LUTA EM FAMALICÃO NA DEFESA DAS LIBERDADES

Nas empresas, nos locais de trabalho, os trabalhadores de Famalicão desenvolvem uma luta constante contra todas as manobras de sabotagem e de manipulação contra-revolucionária

Após os actos de vandalismo praticados por forças contrarrevolucionárias, por agitadores e terroristas ao serviço dos patrões da Têxtil, contra o nosso Centro de Trabalho de Vila Nova de Famalicão, o povo trabalhador desta importante zona industrial do distrito de Braga de imediato verificou quem é efectivamente o seu principal inimigo, quem de facto se opõe à prática das suas liberdades.

Foi, pois, dentro dum ambiente generalizado de repúdio pelos actos de violência fascista aqui praticados que os militantes comunistas decidiram reocupar o Centro, demonstrando assim confiança, firmeza e uma profunda compreensão daquilo que se passara e da necessidade de defender as conquistas democráticas já alcançadas.

Mas não é só aqui que os trabalhadores de Famalicão avançam na conquista e na defesa das liberdades. Nas suas empresas, nos seus locais de trabalho, há uma luta constante contra todas as manobras de sabotagem e de manipulação dos trabalhadores.

Na Têxtil Manuel Gonçalves, alguns dos trabalhadores, manobrados pelos lacaios do patrão aquando da deposição da Comissão Sindical, vão tomando consciência de que eram bem mais defendidos e perspectivados para melhores processos reivindicativos com a anterior do que com a actual, dado que não vêm nesta Comissão uma disposição para se pôr decididamente ao lado dos trabalhadores em prejuízo dos interesses do patronato.

Na CARIDES, empresa de tecelagem com cerca de 1.200 operários, a administração começou por suspender elementos da Comissão de Trabalhadores sob o pretexto de serem «agitadores dos trabalhadores». Há, por exemplo, o caso dum trabalhador que eles preferiram ter suspenso em casa, sem perda de vencimento, a tê-lo na empresa. Posteriormente, tentaram suspender um delegado sindical. Recentemente, no dia 10 deste mês, tentaram suspender mais um delegado sindical. Perante isto, os trabalhadores decidiram paralisar totalmente a empresa, no dia seguinte. Esta paralisação foi suficiente para que o patrão readmitisse este delegado sindical, e anulasse as duas anteriores suspensões.

Na Empresa Fabril de Vermoim, que conta com cerca de 160 operários, houve há meses uma paralisação de cinco dias, para obterem o pagamento do salário mínimo, que veio a redundar numa importante vitória dos trabalhadores. Agora, ao sentir que a Comissão de Trabalhadores defende efectivamente os trabalhadores contra todas as arbitrariedades, o patrão tenta tudo por tudo para desfalar a empresa. Assim, há cerca de um mês, pôs a fábrica a laborar a quatro dias. Entretanto, nos outros dias em que os trabalhadores não se encontravam na empresa, retirava fio em grandes quantidades levando-o para uma outra empresa sua, a SAFIL. Ao terem conhecimento disto os trabalhadores da Empresa Fabril de Vermoim decidiram retomar o trabalho durante os outros dois dias. A par desta manobra de sabotagem, sabem ainda os trabalhadores da Empresa da recusa das encomendas. Neste momento os trabalhos estão firmemente decididos a prosseguir o seu trabalho e a sua luta no sentido de defender intransigentemente os seus interesses, propondo-se mesmo avançar, se necessário, para outras formas de luta.

Na «Sampaio Ferreira», de Riba D'ave, empresa onde laboram cerca de 1 600 trabalhadores, o patrão, através dum grupo de lacaios seus, tentou gerar um movimento contra a Comissão Sindical, propondo que ela fosse deposta e se realizassem eleições com urna para eleger uma nova Comissão Sindical. Entretanto, no dia previsto, o repúdio por esta fantochada ficou bem visível quando a urna foi feita bola nos pés dos trabalhadores.

CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DA EUROPA

Na reunião do grupo de trabalho encarregado de elaborar um projecto de documento para a Conferência, os delegados dos 27 partidos presentes aprovaram duas resoluções condenando as ditaduras franquista e chilena e expressando a total solidariedade com os comunistas e patriotas de Espanha e do Chile

Reuniu-se em Berlim, nos dias 9 e 10 deste mês, o grupo de trabalho previsto pela comissão de redacção no decorrer da reunião preparatória de Budapeste com vista à Conferência dos partidos comunistas e operários da Europa.

Estiveram presentes delegações dos seguintes 27 partidos comunistas e operários: Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista Búlgaro, Partido Comunista da Dinamarca, Partido Comunista Alemão, Partido Socialista Unificado da Alemanha, Partido Comunista da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista da Irlanda, Partido Comunista Italiano, Liga dos Comunistas da Jugoslávia, Partido Comunista Luxemburguês, Partido Comunista da Norue-

ga, Partido Comunista da Áustria, Partido Operário Unificado do Polaco, Partido Comunista Português, Partido Comunista Romeno, Partido Comunista da Esquerda (Suécia), Partido do Trabalho da Suíça, Partido Comunista da União Soviética, Partido Comunista de Espanha, Partido Comunista da Checoslováquia, Partido Comunista Turco, Partido Operário Socialista Húngaro, Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental e Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre.

O Partido Comunista Português esteve representado nesta terceira sessão do referido grupo de trabalho pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Carlos Aboim Inglês, membro do CC do nosso

Partido. Os participantes na sessão do grupo de trabalho aprovaram duas resoluções. A primeira, respeitante a Espanha, afirma:

«Em nome de milhões de comunistas, nós, representantes de 27 partidos comunistas e operários da Europa, protestamos energicamente contra os novos crimes da ditadura de Franco, que provocam uma vaga de indignação e inúmeros protestos em todo o mundo.»

Face ao agravamento da repressão que põe ainda mais em evidência a fraqueza e o anacronismo do último regime fascista do nosso continente, reafirmamos a nossa vontade de prosseguir a nossa grande solidariedade com a luta do Partido Comunista de Espanha, de todos os democratas e patriotas espanhóis. Saudamos o poderoso movimento de solidari-

dade que actualmente se desenvolve, unindo comunistas, socialistas, sociais-democratas, cristãos e outros democratas e que testemunha as novas possibilidades que se oferecem à luta por uma Europa liberta do fascismo.

«Exigimos que seja posto termo às bárbaras execuções, ao terror e a todas as perseguições de que são vítimas os antifascistas espanhóis e que sejam libertados todos os presos políticos.»

A outra resolução aprovada é do seguinte teor:

«A clique militar fascista chilena, já responsável por milhares de sacrifícios humanos, ameaça uma vez mais a vida de numerosos patriotas. Em flagrante violação de todas as regras de direito, levantaram um processo contra Luis Corvalan e outras cem personalida-

des da Unidade Popular, com a mesma perfídia que caracteriza o atentado recentemente cometido contra Bernardo Leighton, eminente dirigente exilado do Partido Cristão-Democrata Chileno.

Nós, representantes de 27 partidos comunistas e operários reunidos em Berlim, condenamos o massacre, o terror sangrento, a arbitrariedade e a violação dos direitos do homem no Chile. Expressamos a nossa profunda solidariedade com Luis Corvalan e seus companheiros, com a luta que travam os comunistas, os socialistas, todos os democratas e antifascistas do Chile contra a Junta.

Com todas as forças democráticas, exigimos a imediata libertação de Luis Corvalan e de todos os patriotas presos, o restabelecimento das liberdades democráticas no Chile.»

SOLIDARIEDADE DA RDA

Dezenas e dezenas de mensagens chegam-nos todos os dias expressando a solidariedade dos trabalhadores da República Democrática Alemã para com a Revolução Portuguesa e o nosso Partido

«Os camponeses cooperadores da República Democrática Alemã sabem através da sua própria experiência o que significam as conquistas do povo» — afirma-se numa mensagem de solidariedade para com a luta dos camponeses progressistas do nosso País.

Salientando mais adiante que só após o fim da guerra e o esmagamento do fascismo foi possível tornar uma realidade a Reforma Agrária na qual milhões de trabalhadores rurais e pequenos camponeses receberam terras expropriadas aos grandes latifundiários, a mensagem acrescenta que «os cooperadores rurais da RDA sabem igualmente o que significa defender as conquistas da Revolução, pois nos primeiros tempos não faltaram os ataques da reacção imperialista, tanto do interior como do estrangeiro, no sentido de fazer voltar tudo à situação anterior».

A experiência da sua luta leva hoje os cooperadores rurais da República Democrática Alemã a «manifestarem a sua solidariedade com os trabalhadores agrícolas e os camponeses portugueses que, juntamente com os operários, os militares e outros antifascistas, lutam pela defesa de uma conquista revolucionária bem definida, a Reforma Agrária, e pelo seu desenvolvimento».

Aliás, a luta dos trabalhadores agrícolas portugueses pela Reforma Agrária tem merecido ampla solidariedade dos camponeses alemães, que não hesitam em exprimi-la.

Declarando que «aqueles que procuram reter o progresso social em Portugal merecem o desprezo dos povos», cerca de noventa membros da cooperativa «Pionier», em Mittelheringsdorf, na RDA, afirmam numa mensagem:

«Há trinta anos, a reforma agrária democrática tornou-nos agricultores verdadeiramente livres e abriu-nos o caminho para o trabalho cooperativo. Se hoje os grandes proprietários agrícolas de Portugal e os seus lacaios querem convencer os trabalhadores agrícolas de que a Reforma Agrária põe em perigo a produção agrícola e que conduz à fome e à miséria, isso não passa de mentiras contra-revolucionárias. Nós estamos bem colocados para o saber, visto que seguimos esta via. E a nossa vida conheceu mudanças decisivas. No seio das cooperativas os agricultores e os trabalhadores rurais chegaram juntos a bem-estar. A mecanização facilita-nos o trabalho, os nossos filhos vêm abrir-se-lhes as portas de todas as escolas. A produção é maior do que antigamente. Há vinte e cinco anos de trabal-

hador agrícola fornecia alimentação a nove pessoas, hoje fornece-a a vinte e oito.»

«Eis tudo o que desejamos aos trabalhadores agrícolas e aos agricultores portugueses.»

Muitas outras mensagens se têm seguido, de solidariedade com a luta que os trabalhadores agrícolas levam a efeito no nosso País pela concretização efectiva da Reforma Agrária que forças reaccionárias pretendem agora destruir, ora procurando lançar trabalhadores contra trabalhadores, ora impedindo os créditos ou facilidades na aquisição de alfaias agrícolas, sementes e adubos.

Mas também a juventude da República Democrática Alemã tem expresso bem

alto a sua solidariedade para com a Revolução Portuguesa, tendo sido recebidas mensagens de apoio da Juventude Livre Alemã, de Halle, dos jovens operários do Complexo da Construção Civil de Berlim, dos jovens da aldeia de Bruchstedt, dos alunos da 14.ª Escola Geral de Berlim e dos Jovens Pioneiros de Luckan.

Por outro lado também através da direcção do Partido Comunista Português foram recebidos nos últimos dias mais de oitenta telegramas manifestando a solidariedade dos trabalhadores da RDA, nomeadamente de professores, operários, comissões de moradores, etc., para com a luta que as massas trabalhadoras portuguesas travam na defesa da Revolução.

OS 47 ANOS DO PC PERUANO

O Partido Comunista Peruano comemorou, no dia 7, 47 anos de existência. O aniversário quase coincidiu com a ampla discussão, em sessão plenária do Comité Central, do informe apresentado, em nome da Comissão Política, pelo secretário geral, camarada Jorge del Prado. Trata-se, num momento decisivo da Revolução Peruana — que acaba de dar grandes passos em frente — de uma importante análise da situação política, da posição e das tarefas que os comunistas peruanos se propõem levar adiante, entre as quais figura em primeiro lugar «a luta pela unidade de todas as forças revolucionárias e a participação activa das massas populares no processo revolucionário».

Ao recordar a data, o «Avante!» associa-se também às homenagens prestadas pelo partido de Mariategui ao seu fundador. José Carlos Mariategui viveu apenas 35 anos. Mas o seu pensamento tornou-se com o tempo universal. Não pertence apenas aos comunistas peruanos. Hoje é um património cultural e ideológico da América e de todas as forças progressistas da humanidade.

VIDA DO PARTIDO

EXCURSÃO A FAMALICÃO

No seguimento de toda uma campanha de apoio aos Centros de Trabalho assaltados e destruídos pelas forças reaccionárias do Centro e Norte do país, vai a Célula do Banco Nacional Ultramarino realizar uma excursão a Vila Nova de Famalicão nos dias 25 e 26 do corrente.

Considerando que, para além do apoio financeiro, é muito importante o apoio moral a dar aos camaradas daqueles Centros, apela-se para a participação dos camaradas de Lisboa. Levemos a nossa presença e a nossa homenagem directa até aqueles que defenderam os Centros do nosso Partido, arriscando as próprias vidas.

Pede informações e inscreve-te no teu Centro de Trabalho, na tua

Célula ou no Organismo dos Bancários.

BLANQUI TEIXEIRA EM ESPINHO

O camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, participa amanhã em Espinho num comício promovido pela organização local do nosso Partido.

Visite as LIVRARIAS **Avante!** Ap. Santos Dumont, 57-c R. de Avez - 26

O comício terá lugar no pavilhão do Sporting de Espinho, com início às 21 e 30 horas.

FESTA POPULAR NA AMEIXOEIRA

Realiza-se no próximo domingo, a partir das 10 e 30 horas, no Parque de Santa Clara, na Ameixoeira, uma festa popular, numa iniciativa da organização da 6.ª zona de Lisboa do PCP.

A festa incluirá uma manhã infantil, com artes plásticas e desporto, à qual se seguirá um piquenique e uma tarde cultural e recreativa.

COMÍCIO-CONVÍVIO DO ORGANISMO DOS ESCRITÓRIOS

Organizado pela direcção do Organismo dos Escritórios do Partido realiza-se amanhã, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, um comício-convívio integrado na campanha de fundos «Pedro Soares-Maria Luisa Costa Dias».

Na parte de comício intervirá um camarada da direcção do nosso Partido, realizando-se seguidamente um canto livre.

vida SOVIÉTICA



Conheça a realidade do primeiro país de operários e camponeses do mundo!

Conheça as grandes transformações sociais e económicas que inauguraram uma nova era na história da humanidade!

Do país mais atrasado da Europa, que era, ainda em 1917, a URSS transformou-se, no curto espaço de 50 anos, e apesar das destruições de que foi vítima em duas agressões imperialistas, num dos países mais avançados do mundo!

AS GRANDES CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

A nacionalização da indústria. A entrega da terra dos grandes agrários aos pequenos e médios camponeses. As cooperativas — instrumento do aumento da produção nos campos.

O ensino completamente gratuito em todos os níveis. Dez anos de escolaridade obrigatória.

Reforma para todos os trabalhadores da cidade e do campo — aos 60 anos para os homens e aos 55 para as mulheres.

A renda de casa mais baixa do mundo — 4 a 5 por cento do orçamento da família.

Assistência médica completamente gratuita — os médicos ganham um ordenado fixo como qualquer outro trabalhador.

Uma edição da Agência Novosti — Praça Andrade Caminha, 3 — Lisboa 5 — tel. 77 46 24



À VENDA O NÚMERO 5 Assinatura anual — 90\$00 Cada número com 80 pag. — 10\$00

(Só é possível a assinatura a partir do número 3)

Todos os novos assinantes que enviarem a sua inscrição até 30/11 receberão um livro sobre a URSS!

O PCP EM BRAGA E VIANA DO CASTELO

Dois grandes comícios, realizados em Braga e Viana do Castelo, com a participação do camarada Dias Lourenço, reflectiram a determinação dos comunistas do Minho em combater a reacção e avançar para o socialismo

A realização de comícios em Viana do Castelo e Braga, respectivamente na sexta-feira e sábado, numa região do país tão duramente batida pelo terror fascista, revestiram-se dum grande significado político e foram importantes manifestações da força das classes trabalhadoras.

A presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do nosso jornal, veio concretizar no Norte o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelos comunistas com o objectivo de defenderem as liberdades e avançarem rumo ao socialismo, pondo em foco as tarefas específicas que se colocam aos comunistas e a todos os antifascistas, tanto no desmascaramento das actividades reacçãoárias, como no sentido de mobilizar o povo em torno da defesa das liberdades democráticas.

MILHARES DE PESSOAS NO COMÍCIO DE VIANA DO CASTELO

O Teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo foi mais uma vez pequeno para os vianenses que ali acorreram no intuito de participar neste grandioso comício distrital, numa irrefutável demonstração de firmeza revolucionária na defesa das liberdades e na decisão de caminhar rumo ao socialismo.

Com a presença dos camaradas Dias Lourenço e Edgar Correia, membro da Direcção da Organização Regional do PCP de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Caminha, Monção, Arcos de Valdevez e Viana do Castelo, da UEC e da UJC, o comício iniciou-se com a denúncia de toda uma série de manobras reacçãoárias tendentes a desmobilizar a participação popular naquele comício.

De facto, conforme o representante da Comissão Concelhia de Viana, Luís Gonzaga, referiu, os fascistas, desde o arrançar de cartazes até colocar uma bomba debaixo do automóvel dum camarada nosso, tudo tentaram para intimidar a população a não comparecer no local do comício. Mas isto não impediu que a sala estivesse repleta.

Os problemas e as tarefas que de momento se põem à classe operária no sentido de fazer com que as conquistas já alcançadas pelas classes trabalhadoras não sejam anuladas e o processo revolucionário avance rumo ao socialismo, foram as principais questões sobre as quais se debruçou o operário Edmar de Oliveira, da célula dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Frísando que a classe operária e os trabalhadores têm, desde o 25 de Abril, mostrado a capacidade de se organizarem quer a nível de empresa com as comissões de trabalhadores e as comissões sindicais, quer a nível de classe formando verdadeiros sindicatos e defendendo contra todas as manobras da burguesia a sua central única de trabalhadores, Edmar de Oliveira referiu: «É com base na sua consciência de classe de explorados, interessados em abolir de uma vez por todas a exploração do homem pelo homem, é com a sua organização que a classe operária e as outras camadas laboriosas têm condições para reforçarem cada vez mais a luta em defesa da revolução rumo ao socialismo».

A seguir falou o camarada Dias Lourenço, que fez uma análise da actual crise política que o País atravessa, afirmando a dada altura: «Todos nós, hoje, sabemos por que estamos aqui e qual a situação do nosso País e o que é que caracteriza hoje essa situação. Vivemos uma crise muito aguda. Esta crise — já o tem sido dito várias vezes pelo

nosso Partido — é uma crise de características políticas, económicas, sociais e ideológicas.»

Depois de ter explicado a assistência que enchia o recinto as razões da participação do PCP no VI Governo Provisório, o camarada salientou que este «está para já a tentar anular todas as medidas que o V Governo tinha promulgado a favor das massas trabalhadoras e que por outro lado nos ministérios hoje dirigidos pelos homens do PRD e também pelos políticos mais oportunistas se está a fazer o saneamento do aparelho de Estado à esquerda.»

Numerosas questões sobre a actual situação política e a posição do nosso Partido foram postas pela assistência, às quais respondeu o camarada Dias Lourenço.

«AQUI ESTAMOS NÓS, OS COMUNISTAS, EM BRAGA!»

O comício realizado pelo nosso Partido em Braga, no qual também esteve presente o camarada Dias Lourenço, constituiu mais uma grande vitória na nossa ta-



As classes trabalhadoras do Minho acorreram à convocação do PCP

refe de esclarecimento e organização das massas populares.

A grande participação popular representa bem a derrota de todas as manobras reacçãoárias desenvolvidas na região, que chegaram a traduzir-se em tiros de alarme perto do local onde se realizou o comício, além das esgotadas calúnias dirigidas contra o nosso Partido, o único que, durante 48 anos, organizou e alimentou a resistência antifascista.

A táctica da reacção foi objecto de análise do camarada Lino Lima, membro da Comissão Distrital do nosso Partido, que começou por afirmar:

«Cá está o Partido, camaradas! Aqui estamos nós, os comunistas, em Braga como em toda a parte, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste. Aqui estamos hoje, os comunistas, como estivemos ontem, durante a longa noite fascista — quando não era fácil ser-se democrata, quando muitos dos que agora falam em liberdade e pluralismo polí-

Metalgúrgicos de Braga propôs que fosse guardado um minuto de silêncio em memória do camarada Costa Lima, assassinado quando defendia o Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Lima. Guardado o minuto proposto, elevou-se por todo o Pavilhão, na voz de cada um, «A vitória é difícil mas é nossa!».

A luta contra os capitalistas, pelo socialismo, debruçando-se principalmente no sector têxtil, foi a tônica principal da intervenção do camarada Fernando Noronha, da célula da Empresa Têxtil Oliveira Ferreira, de Riba d'Ave. Entrecortado por palavras de ordem como «Socialismo só há um, o do povo e mais nenhum», «Abaixo a reacção» e «Social democracia só interessa à burguesia», Fernando Noronha prosseguiu na sua intervenção referindo-se à crise do sector têxtil, que ameaça atirar para o desemprego milhares e milhares de trabalhadores. Entretanto, está nas mãos dos trabalhadores fazer superar esta crise e

fazer avançar o nosso processo revolucionário.

Em seguida foram lidas duas moções, uma manifestando aos militares do RASP o incondicional apoio à sua luta em defesa das liberdades democráticas dentro e fora dos quartéis e outra ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e ao comandante do COPCON, em que é pedida a reabertura do CICAP. Após um longo «apoiado», as palavras de ordem que se seguiram, «Operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos», «A CICA é do povo, não é do Veloso» e «Reacçãoários fora dos quartéis, já», traduzem bem uma forte solidariedade de todos os presentes.

A encerrar o comício usou da palavra o camarada Dias Lourenço, que depois de se referir à crise política, económica e social que actualmente atravessa o nosso país prosseguiu a sua intervenção falando sobre as tarefas que neste momento deverão ser efectivadas para a ultrapassar, nomeadamente, a necessidade de que as duas componentes do processo revolucionário — o movimento popular de massas e o MFA, momentaneamente em desequilíbrio quanto ao MFA — se reforcem. Mais adiante, apontou a necessidade de impedir

que o fascismo levante a cabeça e de defender as liberdades do nosso povo; de mobilizar as massas populares na defesa das conquistas da Revolução. Assim, importa que sejam desenvolvidas acções que impeçam o desenvolvimento das forças de direita. As medidas conducentes à aplicação da Reforma Agrária no Norte e as diversas medidas tomadas pelo VI Governo Provisório foram ainda pontos de análise, bem como o anticomunismo mais primário, que nesta zona actua com grande intensidade.

Diversas perguntas seriam ainda levantadas, às quais o camarada Dias Lourenço respondeu, a terminar.

COMÍCIO UNITÁRIO EM COIMBRA

A resposta às inverdades e diatribes provocatórias pronunciadas pelos oradores no comício do PS em Coimbra, foi dada no dia seguinte pela grandiosa manifestação popular então realizada — salientou o camarada Pires Jorge

Enorme entusiasmo rodeou o comício realizado pelo nosso Partido e pelo MDP/CDE na passada sexta-feira em Coimbra, no Pavilhão do Olivais. O recinto encontrava-se decorado com inúmeros dísticos como «Soldados sempre, sempre ao lado do povo», «Defesa da Revolução contra a reacção».

Em nome do Comité Central do Partido Comunista Português usou da palavra o camarada Pires Jorge, que após saudar os presentes afirmou:

«Todos estamos lembrados dos momentos difíceis vividos em Agosto e Setembro últimos, em que organizações reacçãoárias e fascistas, tomando como base o anticomunismo mais sórdido e primitivo, desencadearam uma onda de terror e de crimes, como os fogos postos e assaltos a Centros de Trabalho do PCP e outras organizações progressistas.»

Proseguindo, o camarada Pires Jorge salientou: «Esta onda de crimes e de violência fascista só foi possível devido à benevolência e tolerância de certas forças civis e militares. Mas não estavam nem estão interessadas no desenvolvimento, nem no bom ritmo, nem na boa direcção do processo revolucionário. Outras, tinham e têm como objectivo a criação de um clima e de condições que permitissem a possibilidade

dum golpe militar das direitas que estava e continua a estar na forja».

Mais adiante, e referindo-se à situação político-militar, o camarada Joaquim Pires Jorge acentuou:

«Foi a partir daqui que houve a viragem à direita em Tancos. Foi a partir daqui que começaram as substituições de comandos e os saneamentos à esquerda, afastando de postos-chave, tanto nas Forças Armadas como no próprio governo, militares do MFA altamente qualificados e prestigiados, fiéis aos seus ideais e à Revolução, gozando de grande prestígio entre as forças democráticas conseqüentes e as massas populares. Uma das figuras atingidas por essa ofensiva da reacção nacional e internacional foi o General Vasco Gonçalves, grande personalidade revolucionária que não esqueçamos e que o povo estima profundamente».

«SONHAM COM O REGRESSO DOS SOLDADOS AOS QUARTEIS»

«Os saneamentos à esquerda — prosseguiu o camarada Pires Jorge — continuam e não é difícil adivinhar que se pretende afastar das Forças Armadas todos os marinheiros, soldados, sargentos e oficiais

progressistas. Não é também difícil adivinhar que sonham com o regresso dos soldados aos quartéis e com o fim do MFA. O triunfo de um tal plano reacçãoário significaria a perda da Revolução. Assistimos, porém, a uma reacção salutar que é o aparecimento de um amplo e poderoso movimento de soldados e outros militares progressistas que não se conformam com o desaparecimento das suas estruturas de base no MFA, que não permite os saneamentos à esquerda, que exige a saída dos oficiais reacçãoários dos quartéis».

Destacando os aspectos revolucionários das grandes manifestações de Lisboa, Évora, Beja, Porto, as lutas do RASP e do CICAP, o camarada Pires Jorge afirmou:

«A situação actual exige que numerosos militares do MFA que apoiam o processo revolucionário, embora tenham opiniões diferentes sobre a maneira de o fazer avançar, sejam capazes de superar as suas dificuldades para encontrar os pontos de convergência que permitam a chamada dos militares progressistas afastados indevidamente e a recomposição do MFA nos moldes que realmente sirvam a Revolução. O MFA forte, coeso e verdadeiramente revolucionário é condição fundamental da nossa vitória».

PPD, ALBERGUE DE FASCISTAS E CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Noutro passo da sua intervenção e referindo-se à participação do PPD no governo, o camarada Pires Jorge salientou:

«O PPD é um partido que participou nas intencões de Julho e de Setembro de 1974, que serve de albergue aos fascistas e contra-revolucionários, que é ponta-de-lança da reacção e do fascismo. O PPD não respeita nem respeitará a plataforma governamental e por seu intermédio entrarão no aparelho de Estado muitos reacçãoários. A entrada do PPD no Governo não serve a causa da Revolução, antes a prejudica. O apoio incondicional do PPD à reacçãoária e despótica medida do brigadeiro Pires Veloso, as manifestações com pistoleiros mercenários, elpistas e outros do mesmo calibre com Sá Carneiro à frente, mostra que é o partido do despotismo e da desordem fascista, que não serve a Revolução, que conspira e gera a subversão».

AS DIATRIBES PROVOCATÓRIAS DE M. SOARES E M. ALEGRE

Mais adiante e referindo-se a uma manifestação do PS realizada dias antes em Coimbra e no qual participaram duas figuras daquele partido, Mário Soares e Manuel Alegre, o camarada Pires Jorge afirmou: «Dois nada modestos, bastante triunfalistas e ameaçadores dirigentes do PS preferiram insultos todos para a esquerda revolucionária e nenhum para a direita reacçãoária, insultos que nada dignificam o seu partido nem quem os proferiu. Pela nossa parte não queremos nem podemos responder. Nem é preciso. A resposta às suas inverdades e diatribes provocatórias contra os soldados e marinheiros revolucionários e contra o PCP foi-lhes dada logo no dia seguinte pelos muitos e muitos milhares de manifestantes militares e civis na sua grandiosa manifestação de Coimbra, gritando as palavras de ordem justamente opostas às que o PS pronunciara na véspera! Por isso não respondemos».

Ainda no decorrer da sua intervenção, o camarada Joaquim Pires Jorge salientou a necessidade do trabalho junto dos agricultores do centro e norte do País, uma vez que são objecto preferido das insidiosas campanhas anticomunistas por parte das camarilhas reacçãoárias.

No decorrer deste grande comício do nosso Partido e do MDP/CDE em Coimbra, usaram ainda da palavra a camarada Margarida Bento, da Comissão Distrital do PCP e José Torquato e Vítor Costa, do MDP/CDE.

AS MASSAS POPULARES DO ALGARVE CONTRA AS MANOBRAS DA REACÇÃO

Convocadas pelo PCP e pela FUR, realizaram-se em vários pontos do Algarve manifestações de apoio ao governador civil e pelo avanço do processo revolucionário

O Algarve viveu, na passada semana, uma grande jornada de luta contra a reacção e o fascismo, pelo reforço dos órgãos de poder popular e de apoio ao governador civil do distrito, alvo dos ataques e intrigas das forças de direita. Faro, Silves, Lagos, Portimão e Vila Real foram cenário de manifestações populares que demonstram bem a combatividade do movimento popular de massas, organizado e firme nos seus objectivos.

Convocadas pelo Partido Comunista Português e pela FUR, as manifestações reu-

niram no Algarve milhares de trabalhadores, que se mostraram firmemente dispostos a responder aos ataques dos reacçãoários e seus aliados, que pretendem travar o processo revolucionário e anular as conquistas dos trabalhadores.

Em Faro, mais de cinco mil pessoas concentraram-se no largo do Carmo, após o que desfilaram por várias ruas da cidade, enquanto gritavam palavras de ordem como «Morte ao ELP e a quem o apoiar», «Abaixo a social-democracia», «Morte ao fascismo, contra o capitalismo, ofensiva popular». Finalmente, as massas populares concentraram-se frente ao Governo Civil.

Aqui, usou da palavra um dos manifestantes em nome das organizações promotoras da manifestação — PCP e FUR. A determinado passo da sua intervenção, o orador afirmou:

«O facto de estarmos aqui prova que também os Algarveiros revolucionários saberão dar uma resposta conseqüente aos ataques, tanto de cariz fascista como aqueles que visam travar o irreversível caminho para o socialismo. Ao exigirem o afastamento do governador-civil, os sociais-democratas do Algarve do PS dão continuidade à política da sua direcção nacional, isto é, pretendem a conquista dos órgãos políticos e administrativos do distrito, pretendem o reforço das posições direitistas nos quartéis, pretendem a destruição dos órgãos militares de poder popular e pretendem a consumação dos saneamentos à esquerda.»

«NA OPOSIÇÃO A TODOS OS EXPLORADORES»

Após este orador ter afirmado, noutro passo da sua intervenção, que «numa

SAUDAÇÃO DA UEC AOS COMUNISTAS DE BRAGA

Por ocasião do comício do Partido Comunista Português recentemente realizado em Braga, a Comissão Executiva da Comissão Central da UEC tomou pública uma saudação à Comissão Distrital de Braga do PCP e a todos os comunistas daquela cidade, que pouco tempo atrás tinha sido cenário da violência impune de bandos de criminosos fascistas.

Comecendo por expressar a solidariedade revolucionária dos militantes da UEC para com todos os comunistas de Braga, prosseguiu a saudação enviada:

«Os comunistas de Braga, Famalição, Fafe e outras terras do Minho e outras províncias, souberam, aquando desses vis e traicioneiros ataques, ser dignos das tradições heróicas do glorioso Partido Comunista Português, souberam uma vez mais mostrar-se intrínsecos defensores das liberdades democráticas, as quais são espezinhadas sempre que a palavra do PCP é impedida de chegar ao nosso povo, desde a maior cidade à mais pequena aldeia de Portugal.»

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO COM ÁLVARO CUNHAL EM MOSCAVIDE, AVIS, LAVRADIO E PINHAL NOVO

No último fim-de-semana, realizou-se uma série de sessões de esclarecimento em que participou o camarada Álvaro Cunhal, Secretário Geral do nosso Partido, e que constituíram importantes jornadas de informação e debate entre os comunistas

O comício do nosso Partido realizado na passada sexta-feira em Moscavide, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, foi um reflexo do ascenso das lutas populares em defesa das conquistas fundamentais da revolução, em que a classe operária, os camponeses, os soldados e marinheiros, os sargentos e oficiais progressistas, demonstram a sua combatividade, a sua firmeza e a sua decisão no combate à reacção e às forças da direita que pretendem mudar o rumo do processo revolucionário.

O Pavilhão do Atlético de Moscavide encontrava-se literalmente cheio: moradores de Moscavide e de outras localidades do concelho de Loures, operários e trabalhadores de fábricas e empresas locais responderam ao apelo da Comissão de Freguesia de Moscavide do PCP e participaram em massa neste grande comício-sessão de esclarecimento do nosso Partido. Representações de comunistas da CPE, da FNML, da Plessey, etc., pioneiros da Apelação, comunistas de Sta. Iria, entre muitos outros, enchem por completo o recinto, numa poderosa demonstração da força do partido da classe operária, do partido dos trabalhadores, do partido dos comunistas portugueses.

Na mesa que presidiu a este comício do PCP encontrava-se a camarada Georgette Ferreira, do Comité Central do nosso Partido e os camaradas Ramiro Morgado, António Pedro, Fátima Amaral, Armando Tavares e Euclides Pereira, da Comissão Concelhia de Loures do PCP. Encontravam-se, ainda, presentes, os camaradas Rogério Paulo, da UJC local, Hermínia Figueiredo, das mulheres comunistas e Jorge Gomes, da célula da Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras. No decorrer do comício chegaram e passaram a fazer parte da mesa os camaradas Carlos Brito, da Comissão Política do CC, Francisco Miguel, do CC e Alda Nogueira, suplente do CC do PCP.

Na sala, vários dísticos, com afirmações de apoio da classe operária à reforma agrária, com apelos à unidade da classe operária, etc. Entre eles, um reproduzia uma frase de Lênine: «A Juventude é a chama mais ardente da Revolução».

«PARA ONDE VÃO AS BALAS QUE FABRICAMOS?»

O camarada da célula da FNML foi o primeiro orador do comício, tendo afirmado a determinada altura: «Nós somos trabalhadores das fábricas militares. Somos operários que com o nosso esforço, o nosso trabalho, mantemos um sector improdutivo mas fundamental para a defesa do País e apoio das nossas Forças Armadas. Produzimos armas, balas, fardas, etc. Somos os primeiros, portanto, a exigir que aquilo que produzimos seja posto ao serviço do povo português, ao serviço da Revolução».

E mais adiante: «Compreendemos que as nossas responsabilidades são diferentes das dos outros trabalhadores. Mas pensamos que, como eles, temos o direito de saber para onde vão as balas que fabricamos».

Interviu, seguidamente, o camarada Rogério Paulo, da UJC, que focou alguns aspectos da participação da juventude no processo revolucionário, afirmando a certo passo:

«A juventude já demonstrou que é capaz de incentivar a produção nacional e sacrificar-se se necessário para defender a nossa revolução. Lado a lado com to-

dos os trabalhadores somos capazes de organizar poderosas paralizações e manifestações, em defesa dos nossos interesses, como foi o caso dos metalúrgicos. Lutaremos para que as vitórias alcançadas não sejam postas em causa e defendê-las-emos com o sacrifício da própria vida, se for necessário. O socialismo não se conquista por decreto, têm que ser os trabalhadores com a sua luta a conseguir essa vitória».

Seguiu-se a camarada Hermínia Figueiredo, da organização das mulheres comunistas de Moscavide, que apelou para a participação activa das mulheres nos órgãos de vontade popular.

ESCLARECER E MOBILIZAR A CLASSE OPERÁRIA

Em nome da Comissão Concelhia de Loures do PCP, usou da palavra o camarada Ramiro Morgado, que começou por afirmar integrar-se à realização deste comício «numa ampla campanha de esclarecimento e de mobilização da classe operária, das massas trabalhadoras e do povo em geral, para fazer frente às desentreadas ofensivas das forças conservadoras e reacionárias que, por todos os meios, têm procurado anular as grandes vitórias já alcançadas na justa luta do nosso Povo por um Portugal livre, democrático e independente».

Prosseguindo, afirmou o camarada Ramiro Morgado: «O Povo do nosso concelho, com a classe operária à frente, tem dado provas da sua capacidade e firmeza na resolução dos complexos problemas que a revolução tem criado. Nas fábricas e nas oficinas, a classe operária desenvolveu e criou estruturas unitárias, comissões de trabalhadores e sindicais, tornando-as instrumentos vivos, capazes de aglutinar toda a energia revolucionária dos trabalhadores na reorganização e reestruturação da economia, deixada em estado caótico pela incompetência e ganância dos patrões».

E mais adiante: «As características e originalidade do processo revolucionário português exigem a estreita unidade da classe operária e das massas trabalhadoras com os soldados, sargentos e oficiais revolucionários. Manifestar o seu apoio e solidariedade activa a todos os soldados, sargentos e oficiais que, pela sua acção, melhor se têm identificado com os interesses do nosso Povo e que as forças reacionárias procuram afastar dos quartéis e dos órgãos do poder».

SOLIDARIEDADE COM OS MILITARES DO RASP E DO CICAP

Entretanto, foram aprovadas três moções. Uma saudando «os valentes operários metalúrgicos pelo exemplo de maturidade e de combatividade política de que estão dando provas».

Outra das moções manifesta o apoio e solidariedade «aos soldados, sargentos e oficiais das unidades militares CICAP e RASP, vítimas das manobras das forças reacionárias do PPD e de outras forças da direita, que procuram dividir e isolá-los das massas populares do Porto, criando condições para o regresso da ditadura fascista ao nosso País».

Finalmente, a terceira moção exigia a libertação

imediate do camarada Luis Carvalan, secretário-geral do PC Chileno, vítima das maiores arbitrariedades por parte da ditadura terrorista de Pinochet.

No decorrer do comício foram guardados minutos de silêncio em memória do comandante «Che» Guevara e de solidariedade para com os antifascistas espanhóis assassinados por Franco.

A PASSAGEM À CONTRA-OFENSIVA

Falou a seguir o camarada Carlos Brito que afirmou a dado momento da sua intervenção:

«Camaradas, nós dissemos num documento da Comissão Política e usamos esse título também para o último «Avante!» que as forças revolucionárias passaram à contra-ofensiva. Disso são exemplo muitas das lutas verificadas. Foi lembrado aqui há pouco a grande manifestação e a greve nacional dos operários metalúrgicos. Esse é um exemplo da passagem à contra-ofensiva do movimento popular de massas».

Mais adiante, e depois de ter salientado as grandes manifestações realizadas recentemente no Porto e em Coimbra em que trabalhadores e militares se uniram na passagem à contra-ofensiva do movimento popular de massas o orador acrescentou:

«Camaradas, há quem acuse toda esta grande movimentação das massas populares e da massa dos soldados e outros militares de indisciplina. Esses que assim caluniam as lutas do povo trabalhador e as lutas dos filhos do povo fardados, esses não chamavam indisciplina às acções de alguns oficiais reacionários que se opunham e não cumpriam as ordens dos seus comandantes quando estes eram oficiais revolucionários como o brigadeiro Corvacho».

«E essa, camaradas, essa é que era a verdadeira indisciplina, era a indisciplina contra a Revolução. A movimentação das massas populares em defesa das grandes conquistas do processo revolucionário, assim como a grande movimentação dos soldados e outros militares progressistas, isto não é indisciplina, camaradas, isto é consciência revolucionária, isto é afirmação de combatividade revolucionária. Isto é uma grande afirmação da disposição de combate pelas conquistas que alcançamos e que não deixaremos perder».

Prosseguindo e depois de ter salientado que a direita, pelas posições ocupadas recentemente, julgava que podia alterar num sentido social-democrata, num sentido de direita, todo o processo revolucionário, o camarada Carlos Brito frisou:

«Mas, camaradas, as massas populares estão dando a devida resposta a quem alimentava essas intenções, a quem alimentava essas ilusões. As massas populares já demonstraram que não deixarão passar uma política de direita sem lhe darem firme combate. Mas ao lado das massas populares estão também os milhares de soldados e de outros militares progressistas que com as massas populares também não deixarão instalar uma política de direita».

«Certas minorias que prevaleceram há umas semanas atrás pouco são se não têm os soldados em que se apoiar. Este facto importante e a aliança cada vez mais sólida da luta das massas populares com a luta dos soldados, dos sargentos e dos oficiais pro-

gressistas, constitui um grande motivo de confiança, constitui uma razão para lutarmos com mais força por alterações a todos os níveis do poder político, quer do poder militar quer do poder civil, alterações que se traduzam pela entrada de gente da esquerda revolucionária para esses órgãos do poder».

No final o camarada Álvaro Cunhal respondeu globalmente às perguntas entretanto formuladas pela assistência e que incidiam principalmente sobre a presente crise político-militar, a participação do PCP no VI Governo e a luta dos trabalhadores e a actuação do Ministério do Trabalho.

COMÍCIO NO LAVRADIO

Culminando uma Semana de Divulgação Revolucionária promovida pelo Centro de Trabalho do Lavradio do PCP, realizou-se no domingo passado um comício em que esteve presente o secretário-geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal, que, depois de ter analisado a presente situação política, respondeu às perguntas que militantes e

simpatizantes lhe endereçaram.

A praça fronteira ao Centro de Trabalho encontrava-se repleta. Profusamente engalanada, poucas eram as janelas que não ostentavam bandeiras do nosso Partido ou colchas vermelhas, dando um ar garrido e alegre ao recinto. O estrado de um camioneta serviu de palco improvisado onde, antes do comício, se realizou uma sessão de canto livre e na qual participaram o Trio Trovador, constituído por operários da CUF do Barreiro, que interpretaram canções revolucionárias da sua autoria, Joaquim Pessoa, poeta natural do Lavradio e José Carlos Ary dos Santos.

Próximo do Barreiro, o Lavradio tem também a sua tradição na luta anti-fascista e hoje constata-se que a população que ali habita sabe perfeitamente qual o caminho da Revolução que lhe interessa, consciência forjada em todo um passado de luta contra a repressão fascista. O Centro de Trabalho do nosso Partido foi inaugurado em Março último e desde então as iniciativas e o trabalho organizativo têm-se desenvolvido.

Os milhares de pessoas que enchem a praça muito antes de ter começado a

sessão de canto livre e que se mantiveram até ao final demonstraram bem a mobilização das massas trabalhadoras da zona sul do Tejo, interessadas que estão no avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo, o qual como frisaram bem alto só pode ser o «do povo e mais nenhum».

Depois do canto livre em que a assistência participou entusiasticamente acompanhando as canções que mais lhe agradava, realizou-se o comício, presidido pelo camarada António Santos, membro suplente do Comité Central e membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal.

Depois do camarada Vladimir Horácio Pereira, operário da Equimetal e membro da Comissão da Freguesia do Lavradio do PCP ter dado início ao comício usou da palavra o camarada Eduardo José da Conceição Guerreirinho membro da Comissão Concelhia do Barreiro e do secretário da célula da CUF, que se referiu em particular ao papel importante dos sindicatos a organização de classe que se deve reforçar de dia para dia. Salientando depois que os trabalhadores não devem esquecer o que se tem

passado com o novo Ministério do Trabalho o orador acrescentou que devem todos os trabalhadores exigir a saída do PPD do Governo no que foi secundado pela multidão que enchia o recinto que gritou bem alto: «PPD fora do Governo» e «O Povo não quer fascistas no poder». Terminou exigindo a formação de um Governo revolucionário em que os trabalhadores possam confiar «para assim poderem desenvolver uma actividade criadora e para transformarem este País para uma sociedade mais justa, para uma sociedade socialista».

PELA DEFESA DO CONTROLE OPERÁRIO

Depois de terem sido lidas algumas moções em que se pedia a saída do PPD do Governo e se apoiava a presente luta dos trabalhadores portugueses pela defesa das conquistas alcançadas pela Revolução, usou da palavra o camarada António Colaço Rita, operário da UFA e membro do secretariado da célula do PCP naquela empresa, o qual abordou a questão do controle opera-

rio dentro das empresas como forma de evitar sabotagens e permitir um aumento da produção que possa reverter efectivamente a favor dos interesses das classes trabalhadoras. Salientando a solidariedade da classe operária com os trabalhadores agrícolas acrescentou que «os trabalhadores da CUF têm tido contactos com os trabalhadores agrícolas para analisarem em conjunto as melhores formas de luta no interesse comum e na defesa intransigente da Reforma Agrária. Têm também sido feitos contactos para uma ligação cada vez mais efectiva com outras comissões de trabalhadores do concelho a fim de juntarmos com as outras organizações de classe darmos forma ao grande objectivo do momento - assembleias populares, força imparável do povo para o esmagamento definitivo da reacção».

Encerrou o comício o camarada Álvaro Cunhal que depois de uma alocução em que analisou a presente crise político-militar respondeu às questões formuladas pela assistência.

Nessa mesma noite o secretário-geral do Partido Comunista Português deslocou-se ao Pinhal Novo onde na colectividade local e perante numerosa assistência participou numa sessão de esclarecimento, passando de imediato a responder às perguntas que os presentes fizeram e de uma forma geral semelhantes às já efectuadas tanto em Moscavide como no Lavradio demonstrando a atenção com que as massas trabalhadoras seguem a evolução política no nosso País.

A REFORMA AGRÁRIA EM AVIS

No sábado passado o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se ao concelho de Avis onde visitou várias cooperativas e herdades colectivas. Primeiramente esteve na Cooperativa 1.º de Maio, com 14 000 hectares e onde trabalham 360 pessoas, deslocando-se depois à Herdade de Camões onde hoje funcionam vários serviços da cooperativa, entre os quais uma creche para os filhos dos trabalhadores.

Mais tarde o secretário-geral do PCP esteve no Centro de Trabalho de Alcórrego, onde centenas de pessoas esperavam a sua visita, confraternizando aí com a população e os comunistas da terra. Tendo seguido para Avis acompanhado de centenas de pessoas que se faziam deslocar em tractores, automóveis e motorizadas o nosso camarada visitou o Centro de Trabalho desta vila propondo uma alocução às centenas de pessoas que se encontravam de frente do Centro de Trabalho.

Em Benavila o camarada Álvaro Cunhal visitou a Herdade Colectiva 21 de Fevereiro (antiga Fundação Alfeu Calado), hoje com mais de 10 000 hectares e trezentos trabalhadores e o nosso camarada percorreu diversas instalações, nomeadamente a escola agrícola, sala de espectáculos, creche, supermercado, ganadaria.

Neste local realizou-se depois um comício em que estiveram presentes cerca de quatro mil pessoas e onde o camarada Álvaro Cunhal, falando de improviso se referiu detalhadamente à situação política e à Reforma Agrária, a qual segundo a opinião de alguns trabalhadores encontra-se bastante adiantada naquele concelho pois praticamente a expropriação dos latifúndios já está feita.



Em Moscavide



No Lavradio (Barreiro)



No Pinhal Novo

COESÃO E FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA DO MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS

A contra-ofensiva do movimento popular e de todas as forças revolucionárias fortalece a aliança entre operários e camponeses no apoio firme à reforma agrária, na unidade e na aliança com os militares progressistas e todos os trabalhadores fardados

Enquanto a reacção toma assento no próprio Governo, utiliza a arma da sabotagem e recorre ao terrorismo, o movimento popular, as massas trabalhadoras, fortalecem dia a dia as suas organizações unitárias, reúnem assiduamente, repudiam os saneamentos à esquerda, exigem que os reacçãoários saiam dos quartéis, tratam dos problemas do seu bairro, da sua freguesia, do seu concelho, do seu trabalho. Comissões de todo o tipo reúnem em amplas assembleias de norte a sul do País. Nas aldeias como nas cidades, nas zonas rurais mais remotas e nas zonas industrializadas, os trabalhadores, na sua condição de trabalhadores, e não de filiados neste ou naquele partido, de simpatizantes desta ou daquela linha política, defendem a revolução, tornam mais forte a aliança entre operários e camponeses mediante actos concretos, apontam aos órgãos do poder a necessidade urgente de avançar sem vacilações pela via do socialismo.

Enquanto Sá Carneiro ameaça os trabalhadores afirmando que os grupos minoritários e arruaceiros encontrarão sempre pela frente o PPD, o movimento popular, o povo trabalhador, civil ou fardado, não se surpreende nem se intimida com as palavras desse chefe de fila da contra-revolução e continuam a aprovar em reuniões e assembleias a saída do PPD do Governo, a condenar as suas provocações de rua, a verificar na prática quem faz as arruaças e o PPD e o resto da reacção.

Os exemplos abundam todos os dias. No Barreiro, em Oeiras, em S. Domingos de Rana, no RALIS, na Ameixoeira, em Marvila, no Beato, em Santa Maria dos Olivais, em Montoito, na Cova da Piedade, em Caranguejais, Feijó, Romeira, Laranjeiro, Forte de Almeida, em dezenas de freguesias dos concelhos do Norte, da cidade do Porto e de outras cidades norte-nhas, nas empresas, nas fábricas, nas cooperativas, nas comissões unitárias socioprofissionais e geográficas, os trabalhadores reúnem-se, discutem, aprovam moções, produzem trabalho fecundo, criam estruturas de defesa da revolução, alargam a sua influência, criam órgãos cada vez mais amplos, fazem das assembleias populares verdadeiros órgãos de luta ao lado das organizações de soldados e marinheiros, defendem a unidade e a aliança entre o Povo e o MFA.

ADUBOS PARA OS CAMPONESES

Começemos pelo Barreiro onde, num plenário promovido pela Comissão de Unidade de Trabalhadores da CUF foi aprovada, no dia 13, a garantia do fornecimento de adubos aos camponeses alentejanos com a participação de estivadores e de empresas rodoviárias. Na reunião, que contou com a presença de oficiais progressistas e dos delegados dos Sindicatos Agrícolas de Setúbal, Évora e Portalegre, foi aprovada uma proposta segundo a qual todos os pequenos agricultores passam a receber os adubos da CUF com o crédito de 30 por cento, desde que façam as suas encomendas através das respectivas comissões liquidatárias dos grémios da lavoura.

Anteriormente tinha sido aprovada por aclamação outra proposta que mereceu intervenções de vários trabalhadores e camponeses. Eis o seu teor: «Considerando que a reforma agrária está sendo boicotada pelos grandes

agrários, em estreita ligação com o VI Governo; «Considerando que os operários não mais querem trabalhar para quem os explorou durante 48 anos;

«Considerando que quem está a ser o principal beneficiado com esse boicote à saída da portaria são os grandes agrários, proponho: que sejam retirados imediatamente os 20 por cento a quem não beneficiar do crédito agrícola de emergência, pedindo o imediato acordo de todas as empresas adubeiras.

Numa altura em que se aproximam as sementeiras, numa altura em que se fecham nas gavetas decretos revolucionários do V Governo, quando os trabalhadores não dispõem de dinheiro para maquinaria, adubos e salários, quando trabalhadores estão sem receber há doze semanas, a aprovação daquelas propostas vem assinalar como é profunda a solidariedade entre operários do campo e da cidade, entre trabalhadores das fábricas e pequenos agricultores, trabalhadores também. Vem demonstrar que a aliança entre operários e camponeses é uma realidade de todos os dias. Foi por isso que um dos oradores afirmou naquela assembleia que «apesar de tudo, atravessamos um dos momentos mais belos da história do nosso país».

Apercebermo-nos desse momento histórico é tentar, por exemplo, no que se passou no Barreiro, naquela assembleia de trabalhadores: É ter bem presente, «sem triunfalismos, nem pessimismos», que «soldados e trabalhadores não se podem desunir nem desmobilizar», prosseguindo «a luta por uma verdadeira independência nacional, pondo fim à exploração do homem pelo homem».

A COESÃO DAS MASSAS EXPLORADAS

Problemas que requerem urgente solução praticamente em todo o lado, problemas como arruamentos, transportes, habitação, saúde, ensino, higiene, desporto, etc., são também preocupações da Comissão de Moradores do Bairro de S. José em Cascais. A semelhança das centenas se não milhares, de reuniões convocadas nos últimos dias pelas Juntas de Freguesia, Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Comissões de Aldeia, os habitantes de S. José debateram ainda, na sua reunião do dia 13, os modos de participar activamente na luta política pela organização popular, pelo apoio à luta dos trabalhadores, pela emancipação completa dos explorados.

Destruindo manobras anticomunistas, afastando do seu seio provocadores e saudosistas do regime fascista, os moradores de S. José defendem dos boicotes as suas actividades. A Comissão de Moradores, eleita em Janeiro findo, num plenário convocado pela Junta de Freguesia, tem mostrado como são coisas as massas exploradas, como a sua unidade se reforça quando conseguem expulsar os falsos amigos, que tudo pretendem manipular, para dividir, incluindo, como foi afirmado naquela reunião, filiados de um partido que se diz social-democrata mas que é um continuador legítimo da ANP.

UNIFICAR ESFORÇOS, UNIR VONTADES

No último domingo, centenas de pessoas representando vinte comissões de trabalhadores, seis comissões de moradores, seis

estruturas populares de outros tipos e o RALIS, realizou nesta Unidade um plenário que se prolongou por cinco horas. Foi decidido criar um Secretariado Provisório para dinamizar as comissões de moradores e de soldados e congregar esforços, numa plataforma unitária e apartidária, para a realização da Assembleia Popular de Lisboa-Oriental, abrangendo as zonas de Marvila, Beato e Santa Maria dos Olivais.

Foi sublinhado que se trata de «unificar esforços para com a maior eficácia e rapidez alcançarmos a ligação das Unidades com as comissões de moradores e de trabalhadores». Assim, foi aprovada por larga maioria uma proposta segundo a qual o plenário do RALIS é institucionalizado e reunirá

sempre que necessário; é criado um Secretariado convocatório desses plenários naquela unidade, composto pelas comissões de trabalhadores e moradores ali presentes e ainda por um representante da ADU do RALIS; o referido Secretariado é subdividido, internamente, por comissões dinamizadoras de trabalhadores e de moradores; o Secretariado eleito convocará já o próximo plenário, «indo de fábrica em fábrica, de bairro em bairro, dinamizando as respectivas comissões e editando, se necessário, um texto explicativo».

Numa das moções aprovadas (de apoio aos soldados do CICAP do Porto e à manifestação do dia 13 para a constituição do Conselho Municipal de Lisboa) lê-se:

«Só a auto-organização dos soldados nos quartéis, através da formação de comités de soldados, só a sua coordenação entre as diferentes unidades, poderá derrotar o avanço da direita nos quartéis, que tenta por todos os meios preservar a disciplina reacçãoária, ou seja, a obediência cega dos soldados a qualquer ordem de oficiais.»

Na região oriental de Lisboa (área de acção do Secretariado) há mais de duzentas fábricas, entre elas a Sacor, Sonap, Epal, Petroquímica, Fábrica de Material de Guerra, etc., e importantes unidades militares, como o RALIS, DGMG e Base Aérea n.º 1.

(Continua na pág. 9)



Manifestação de apoio ao Conselho Municipal do Porto

EM FRENTE COM AS ASSEMBLEIAS POPULARES NA DEFESA DA REVOLUÇÃO

Reaberto o CICAP pela vontade do Povo, o Conselho Municipal do Porto, juntamente com as assembleias populares e de Unidade, mostra como o movimento popular de massas sabe defender a revolução

Entre as manifestações unitárias de massas que, nos últimos dias, têm exigido o avanço da revolução rumo ao socialismo, destacam-se as realizadas na capital do Norte que levaram à reabertura do Centro de Instrução de Condução Auto do Porto (CICAP). A decisão foi anunciada, na tarde da última terça-feira, pelo general Carlos Fábio, chefe do Estado maior do Exército, durante um plenário realizado no Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RAS-P). A Unidade, encerrada por ordem do brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte, terá funções operacionais de intervenção e à sua frente ficará o major Aragão, actual segundo-comandante do RASP.

Esta decisão surge no seguimento de um grande movimento de solidariedade levado a cabo pelo povo do Porto e pelos soldados e outros militares progressistas da Região Militar do Norte logo após a tentativa de saneamento de dois milicianos e cinco praças no dia 2 deste mês, no CICAP, inicialmente dentro do quartel e, a partir do dia seguinte, por parte do povo do Porto e dos soldados do resto da região militar.

A ordem de encerramento foi vivamente repudiada por muitos milhares de soldados e trabalhadores, que promoveram nas ruas até ao CICAP uma das maiores manifestações a que o Porto já assistiu. Dado que os esforços para reabrir a Unidade não resultaram, foi decidido, nessa manifestação, a ida dos soldados e trabalhadores para o RASP, unidade que nesse mesmo dia em plenário, tinha afirmado o seu apoio à luta justa dos soldados do CICAP. Depois foram dias de luta constante em que se fortaleceu a aliança dos soldados com os trabalhadores do Porto, em volta das palavras de ordem que reflectiam a permanência e vigilância revolucionária, constante no apoio político.

As posições das comissões de moradores e de trabalhadores, a manifestação dos metalúrgicos e a grandiosa manifestação promovida pelo Conselho Municipal e as muitas tomadas de posição assumidas em unidades de todo o país foram irrefutáveis demonstrações da inabalável vontade do povo do Porto e de todos os

militares progressistas em serem reaberto o CICAP.

Uma das grandes vitórias das massas populares do conselho do Porto foi a constituição do Conselho Municipal. Órgão consultivo da Câmara Municipal, constituído durante a vigência da Comissão Administrativa Militar, que geriu a Câmara até à substituição do Brigadeiro Corvacho, a legalidade daquela estrutura popular não foi reconhecida pelo governador civil do Porto que, baseando-se no Código Administrativo de Marcelo Caetano, ordenou a sua destituição.

Mas as massas trabalhadoras, organizadas em comissões de moradores, de trabalhadores, de bairro, etc., não se intimidaram com o código fascista e no dia habitual da reunião do Conselho Municipal concentraram-se junto da Câmara para manifestar o seu apoio àquele órgão popular. E nada pôde deter a vontade do povo. Os fortes efectivos policiais tiveram de recuar e o Conselho Municipal, contra a vontade das autoridades, tem continuado a desenvolver a sua actividade.

Convocadas por aquele Conselho, dezenas de milhares de trabalhadores, empunhando bandeiras vermelhas e gritando «Conselho Municipal, conquista popular», «casas sim, barracas não» e outras palavras de ordem antifascistas e revolucionárias, seguiram, no último dia 10 em direcção ao RASP, em Vila Nova de Gaia, onde foi lida uma declaração do Conselho Municipal, onde a dado passo se afirmava:

No dia 8 de Outubro, convocou o PPD uma manifestação para a Praça Humberto Delgado, cujo objectivo fundamental, numa altura em que se desencadeavam, no Porto, potentes acções de massas, em estreita aliança com os soldados, sargentos e oficiais progressistas, contra a reacção, contra os saneamentos à esquerda, pela reabertura do CICAP, era sem dúvida convocar os trabalhadores e soldados que defendiam as conquistas já alcançadas e o desenvolvimento do processo revolucionário português rumo ao socialismo. Não tendo conseguido, na Praça Humberto Delgado e restante trajecto, armar situações de conflito e confrontos violentos que pudessem re-

forçar as posições da direita, e, eventualmente, servir de cobertura para a tomada de medidas reacçãoárias e fascizantes de limitação das liberdades democráticas a direcção do PPD envia os seus grupos arruaceiros e conduz a manifestação, a provocar a população pacífica mas corajosa que se encontrava há várias noites a dar o seu apoio aos militares aquartelados no RASP.

E, mais adiante, o membro do Conselho Municipal, perante o entusiasmo da multidão, afirmou: «O comunicado do chefe do Estado-Maior do Exército, assegurando a reabertura do CICAP, é uma primeira derrota para o brigadeiro Pires Veloso e uma nova prova de que a luta travada contra tal aberrante medida».

As dezenas de milhares de pessoas presentes na manifestação do Conselho Municipal querem reafirmar ao VI Governo que, ao contrário do que o seu comunicado deixa supor, o povo trabalhador está interessado no estabelecimento de um clima de ordem e disciplina revolucionária, de uma ordem e disciplina baseada na defesa das liberdades, no seu combate a todas as tentativas de criar a divisão, de criar conflitos, de criar um clima de guerra civil, de uma ordem e disciplina baseada no respeito mútuo, no castigo exemplar de todos os que querem fazer regressar o nosso país ao fascismo, na defesa intransigente dos interesses das classes exploradas, rumo a uma sociedade em que acabe a exploração do homem pelo homem. A ordem e a disciplina desejada por todos os trabalhadores nada tem contudo, a ver com a «ordem» e «disciplina» apregoada pelos partidos de direita, o que significa calar e reprimir a acção organizada e combativa dos trabalhadores, significa a ordem fascista tão apregoada por Salazar e Caetano e que o nosso povo sofreu durante mais de 50 anos.

A terminar trisou que, as dezenas de milhares de pessoas presentes na manifestação convocada pelo Conselho Municipal declaram a sua total solidariedade para com os valentes soldados do CICAP, RASP e outras unidades militares e a sua determinação em continuar a apoiar por todas as formas a sua justa luta; e exigem:

A reabertura imediata do CICAP; a demissão do brigadeiro Pires Veloso; a abertura de um rigoroso inquérito aos acontecimentos ocorridos na noite de 8 para 9 de Outubro, inquérito que não seja levantado por quem, a priori, afirma sem dúvidas, a inocência do PPD por se encontrar implicado e comprometido com os actos praticados, e ao qual não seja dado o mesmo destino dos inquéritos realizados no 28 de Setembro e 11 de Março, para ilibar exactamente os mesmos partidos.

Com a reabertura do CICAP, o movimento popular de massas, organizado e revolucionariamente disciplinado, obteve no Porto uma grande vitória frente às forças da direita e da reacção fascista.

O POVO PEDE A APLICAÇÃO DOS DECRETOS DO V GOVERNO

Entretanto, no Barreiro, numerosas comissões de bairro, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, comissões de trabalhadores de várias empresas, direcções dos Sindicatos Ferroviários do Sul, dos Operários Metalúrgicos, da Construção Civil e Fibradores e Barqueiros do distrito de Setúbal convocaram e levaram a cabo uma grandiosa manifestação de massas sob as palavras de ordem de «O Povo não aceita um governo da direita», «Operários, camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos», «Morte à reacção», «Reacçãoários fora dos quartéis», «Saneamentos à esquerda não», «Militares da esquerda para o Conselho da Revolução», «A classe operária está com a Reforma Agrária», «Aplicação dos decretos do V Governo», «Para o Barreiro nem Soares, nem Carneiro».

Trinta mil pessoas entoaram essas palavras de ordem durante todo o trajecto percorrido pela manifestação, que levava à frente uma grande bandeira nacional, seguindo-se disticos empunhados por uma forte representação de fuzileiros navais do Vale do Zebro onde se lia «Reacçãoários fora dos quartéis» e «unidade das forças revolucionárias».

Magnífica de civismo e fervor revolucionário, a ma-

nifestação terminou com um comício onde falaram vários oradores secundados pelo apoio vibrante da multidão que vitoriava Vasco Gonçalves e pedia o seu regresso sempre que um orador lembrava que o actual Governo não defende os interesses do Povo.

SÃO AS COMISSÕES DE MORADORES QUE DEVEM DEFINIR A POLÍTICA CAMARÁRIA

No dia seguinte, em Lisboa, outra grande manifestação unitária exigia a criação do Conselho Municipal da cidade. Aderindo à convocação da comissão dinamizadora pró-Assembleia Popular da 6.ª Zona de Lisboa (freguesias da Charneca, Ameixoeira, Lumiar, Alvalade, Campo Grande e S. João de Brito), numerosas comissões de moradores e de trabalhadores apoiaram a criação de um Conselho Municipal verdadeiramente democrático e representativo, que seja colocado ao serviço das assembleias populares.

Por intermédio do secretário de Estado da Administração Interna, o ministro da mesma pasta fez saber aos manifestantes que o Conselho poderá constituir-se imediatamente. Como foi afirmado durante a manifestação, «serão as comissões de moradores que devem definir a política camarária, porque são elas que verdadeiramente conhecem as necessidades da população». Foi ainda referido que esta posição não é compatível «com as opiniões dos políticos burgueses que querem amarrar o País ao imperalismo e à social-democracia. Mas nós obrigaremos a burguesia a repor os nossos camaradas nos seus devidos lugares», ouviu-se ainda nas palavras de um trabalhador que se dirigia aos manifestantes.

CONTRA SANEAMENTOS À ESQUERDA

Enquanto esta manifestação popular decorria, na praça do Município, alguns milhares de trabalhadores dirigiam-se da estação do Caminho de Ferro em Oeiras para o Regimento de

Artilharia de Costa (RAC) a fim de demonstrarem o seu incondicional apoio ao comandante da Unidade e impedirem quaisquer saneamentos à esquerda. «Uma manifestação não pode ser conduzida senão pela classe historicamente revolucionária, o proletariado e seus aliados», disse o comandante aos manifestantes. No largo fronteiro ao RAC, os trabalhadores erguiam a voz recusando o «Governo de direita», repudiando os «saneamentos à esquerda» e vitoriando «soldados, marinheiros, operários e camponeses» que, unidos, vencerão.

Dirigindo-se aos trabalhadores, o comandante do RAC disse ainda: «Querer que seja a burguesia a conduzir uma luta que há-de levar à destruição da própria burguesia, como burguesia é puro suicídio. É a negação da Revolução. É inconsciência política. É o caminho nacional-socialista para o nazismo».

Então sejam claros, objectivos, sinceros, e proclamem que não querem via alguma que conduza ao socialismo, mas sim ficar no patamar do rés-do-chão que se situa à margem da escada que leva à sociedade socialista.

Outras manifestações de ampla adesão unitária dos trabalhadores organizados tiveram também grande relevo nos últimos dias. Com ligeiras alterações de forma, as palavras de ordem foram por todo o lado as mesmas. Unidade, reforço das assembleias populares, apoio aos militares progressistas, avanço da revolução, não aos saneamentos à esquerda foram os princípios orientadores dos milhares de manifestantes que saíram à rua para fazer avançar a revolução rumo ao socialismo, passando à contra-ofensiva perante a onda reacçãoária que pretende sufocar a vontade popular.

Aprovadas pelos trabalhadores, grande número de moções apoiam os órgãos unitários de base, as comissões, as assembleias de Unidade. Assim sucedeu também na Cova da Piedade e na Amadora onde se apelou para todos os órgãos populares no sentido de reforçarem a sua organização pois «ao ataque das forças da direita temos de responder com a ofensiva popular e revolucionária».

OS SINDICATOS PARTICIPAM

NA CONTRA-OFENSIVA REVOLUCIONÁRIA

O movimento sindical unitário alcança novas vitórias revolucionárias na luta contra o capital e pelo socialismo

Com uma significativa vantagem de mais de 4200 votos, a lista A venceu as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metal-Mecânica do Distrito de Lisboa. A nova direcção sindical apoiou firmemente as formas de luta adoptadas na última semana, nomeadamente a paralisação e as grandes manifestações em todo o País contra as manobras do patronato e contra a acção do ministro e do secretário de Estado do Trabalho. Sob o lema de «unidade revolucionária contra o capital e pelo socialismo», recusando posições eleitoralistas e sem hostilizar as outras listas concorrentes, os trabalhadores da lista A fizeram mais de oitenta sessões de esclarecimento em cerca de 120 empresas. Combatendo com determinação as acções e as tendências divisionistas e reacçãoárias, os novos corpos gerentes do Sindicato defenderam na prática a aliança com os trabalhadores agrícolas, com os pequenos e médios camponeses, recusando a demagogia e defendendo o avanço da Revolução.

Entre os objectivos a que dará corpo na defesa de todos os associados e da classe operária em geral, a nova direcção do Sindicato Metalúrgico destaca a luta contra os despedimentos, pela contratação colectiva, a higiene e segurança no trabalho, a luta por regalias sociais, previdência, saúde, assistência e ensino, por uma informação ao serviço dos trabalhadores, pela representação do Sindicato nos organismos sociais e por leis que sirvam a classe operária.

Quando foi aprovada a paralisação de trabalho e decidida a manifestação exigindo do Ministério do Trabalho a aplicação imediata da portaria de salários mínimos, os trabalhadores metalúrgicos da lista A emitiram um comunicado saudando aquela decisão revolucionária, que se saldou por um êxito total. «A classe metalúrgica — afir-

mavam os operários eleitos para dirigir o Sindicato — avança para a luta em defesa do pão de mais de 200 mil famílias e avança para a luta pela defesa das conquistas alcançadas pela classe operária e pelo povo trabalhador na sua longa luta contra a opressão e a exploração. A luta é de morte contra o capital. Os exploradores, após a viragem à direita verificada na situação político-militar, após colocarem agentes seus no Governo e em todo o aparelho de Estado, sentem-se com força para avançarem, como no tempo do fascismo, contra os mais elementares direitos e conquistas dos explorados.»

Contra essas tentativas reacçãoárias, os corpos gerentes agora eleitos lutarão ao lado de todos os trabalhadores metalúrgicos por um sindicalismo unitário de massas, pelo fortalecimento das assembleias populares e pelo controlo da produção, empenhados em destruir de vez o veneno do divisionismo, que lhes querem apresentar envolto nas palavras falsas de quem oferece aos trabalhadores a liberdade de continuarem a ser explorados.

Na campanha de esclarecimento que levaram a cabo com motivo nas eleições, os trabalhadores que agora dirigirão o Sindicato recusaram, por seu lado, em todas as ocasiões, a oposição frontal e sectária perante as tendências políticas ou sindicais reflectidas nos trabalhadores, a quem se dirigiam. Fieis à palavra de ordem de «unidade revolucionária», que escolheram para encabeçar o seu programa, os membros da nova direcção depararam, todavia, com as calúnias, as provocações e as atitudes demagógicas de elementos das duas listas concorrentes, que frequentemente substituíram os interesses dos trabalhadores por posições partidárias, agitando os velhos espantinhos anti-comunistas que a classe operária tão bem conhece dos tempos do fascismo. Até um simples adiamento da data das eleições lhes

serviu para falarem de «manobras» e «política de confusão», quando apenas se tratava, como ficou bem esclarecido, de um atraso dos serviços burocráticos, devido à elevada quantidade de boletins de voto necessários para as eleições.

Também no Sindicato dos Metalúrgicos do Porto venceu a lista para a qual a unidade dos trabalhadores e o rumo para o socialismo são objectivos a defender em proveito dos sindicalizados, recusando as atitudes partidárias que possam defender essa unidade e essa etapa a caminho da sociedade sem classes. Também no Porto, a lista de unidade venceu por larga margem, apesar das tentativas desesperadas para comprometer o acto eleitoral. Grupos sem representatividade dentro da classe, como a «Fracção Sindical dos Revolucionários Metalúrgicos» (o anticomunismo gosta de cair a fachada reacçãoária) defenderam o boicote às eleições. O fiasco foi rotundo. E não só para a «Fracção». Numa folha de papel encimada pelo emblema do Partido Socialista lia-se:

«Considerando a importância do problema sindical e após ter analisado os programas e composição das listas concorrentes às eleições no Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, a Comissão Coordenadora Distrital dos Metalúrgicos do Porto exorta os camaradas a apoiar a lista B, que é de oposição à actual direcção e cujo programa se aproxima das linhas programáticas do PS.»

Que nome tem isto? Falava-se aqui de interesses dos trabalhadores? Quem os manipula? Quem quer dominar os sindicatos pondo-os ao serviço de um partido? Quem manifesta de forma tão grosseira o desprezo pela maioria e capacidade de decisão dos trabalhadores? Todos os que se opõem à defesa dos seus interesses, dos seus anseios mais legítimos. Todos, incluindo o PS.

Não vale a pena comentar aquele pequeno exem-

plo de manipulação descarada.

O documento é tão esclarecedor... Interferir abusivamente em eleições sindicais é o menos que pode fazer quem como o PS defende o «pluralismo» contra a unidade dos trabalhadores e a unidade das associações sindicais.

Entretanto, no rescaldo da grandiosa manifestação do dia 7 e dos acontecimentos que a acompanharam, a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos emitiu um comunicado acusando de divisionista e contra-revolucionário o capitão Tomás Rosa, ministro do Trabalho do VI Governo Provisório. «Divisionista porque fez tudo para virar os metalúrgicos contra os seus representantes, para virar os nossos irmãos camponeses contra nós, porque fez tudo para virar trabalhadores contra trabalhadores (...). Contra-revolucionário porque, como afirmou S. Emou S. E.», o Chefe do Estado, nas comemorações do 5 de Outubro: «Aceitando a lição da história, havermos de concluir que é crime contra-revolucionário tudo o que provoque o divisionismo das forças essenciais à marcha para o socialismo, objectivo fundamental da nossa luta».

«Nas suas declarações — prossegue o comunicado da Federação — o ministro Tomás Rosa deixou bem clara a sua posição de classe e demonstrou, para quem tivesse dúvidas, que está do outro lado da barricada, que está do lado dos patrões contra a classe operária e o povo trabalhador. Durante cerca de meia hora (na TV) o ministro do Trabalho do VI Governo Provisório, à boa maneira dos ministros das Corporações de antes do 25 de Abril, defendeu os patrões, as empresas, o capital, atacou os trabalhadores na sua luta e tentou virá-los uns contra os outros.»

Depois de referir que o ministro do Trabalho e o secretário de Estado da mesma pasta dr. Marcelo Curto, foram à Televisão incitar o patronato a não cumprir a portaria de salários, a Federação acrescenta:

«A tais provocações, nós, metalúrgicos, respondemos com a nossa unidade revolucionária cada vez mais firme e actuante; a tais provocações divisionistas, nós, metalúrgicos, respondemos que operários e camponeses foram e são irmãos na fome e na exploração, foram e são irmãos na luta até à vitória final; a tais provocações divisionistas e contra-revolucionárias, nós, metalúrgicos, respondemos, na prática, com a solidariedade activa e o aprofundamento da aliança entre operários e camponeses.

«Não somos nós que dizemos que os camponeses do Alentejo são oportunistas — lembra ainda a Federação — porque só 1 por cento das terras que ocuparam eram incultas, enquanto os outros 99 por cento eram terras bem cultivadas,

com as colheitas feitas e o vinho nos armazéns. Quem diz isso é a burguesia, quem disse isso, na nossa presença, foi o actual ministro do Trabalho.»

Entretanto, delegados sindicais representativos, eleitos em plenários, a quem não interessa, segundo afirmaram em conferência de imprensa, a ideologia política dos actuais corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, explicavam aos jornalistas a sua acção no sentido de «possibilitar aos

uma mania) um grupo de trabalhadores em carta para o Sindicato pergunta: «Querirá a direcção insinuar que a escolha de delegados sindicais anteriormente feita não foi democrática, nem esclarecida? Cremos que os delegados sindicais não são mandatários por tempo limite, mas tão-só enquanto os seus camaradas queiram que o sejam, e não deverão ser postos em causa sempre que o Sindicato mude de direcção.»

Interessados em que todos os trabalhadores de escritório participem activamente na vida sindical, os delegados exigem «explicações claras» e respeito pela vontade dos associados, num apelo a todos os trabalhadores para que se informem, exijam explicações e imponham democraticamente a sua vontade, a fim de que «a direcção seja não o órgão de cúpula que é, mas sim o executivo que diz querer ser. A classe — acrescentam — começa a faltar-se de ser injuriada e tratada violentamente em comunicados pagos por todos nós».

Por outro lado, a actual direcção quer impor eleições para delegados sindicais em todos os locais de trabalho. Prostando contra essa tentativa (o eleitoralismo começa a tornar-se

«A ser assinada e cumprida, a convenção de trabalho da Previdência — que aqueles Sindicatos consideram uma verdadeira afronta às classes trabalhadoras — defraudaria os trabalhadores que para lá pagam centenas de milhares de contos, que seriam gastos em ninharias e luxos que ainda serão sumptuosos para a nova sociedade daqui a 10 ou 15 anos.»

Os trabalhadores lutam pela melhoria das suas condições de trabalho. É um dos seus direitos mais elementares. Mas devem recusar a ridícula demagogia de meia dúzia de pseudomentores que «exigem» subsídios de 30 contos para trabalhadores transferidos de uma Caixa de Previdência para outra. Não se trata sequer de reivindicações irrealistas. É antes o ridículo espantoso de quem se convence que pode defender pontos de vista partidários acenando com uma sanita para cada 13 trabalhadores, com um lavatório para cada três e com toalhas individuais mudadas semanalmente.

Os trabalhadores alentejanos, ao protestarem contra essa atitude inqualificável, não põem em causa nenhum direito fundamental dos trabalhadores. Vêm é chamar a atenção para as situações a que pode conduzir a sofreguidão na caça a lugares de chefia nos sindicatos e em comissões de trabalhadores por parte de quem só se lembra deles quando lhes tenta meter um voto no bolso para os levar a escolher contra os seus interesses, contra os interesses da classe operária, contra a aliança entre trabalhadores da cidade e do campo, contra a consolidação e avanço das vitórias revolucionárias rumo ao socialismo.

Dentro da defesa consequente dos verdadeiros interesses das massas trabalhadoras está também a adesão à Intersindical, central única dos trabalhadores portugueses. «A permanência na Intersindical, e nunca fora dela, através do controlo apertado dos trabalhadores, com vista à sua emancipação» foi a decisão tomada pelos empregados de escritório ao fim das onze horas consecutivas da sua última assembleia geral. Os jornalistas acabam igualmente de determinar a reintegração imediata do seu Sindicato na Intersindical.

Estas e muitas outras afirmações de unidade dos trabalhadores são mais uma prova da arrancada decisiva de todas as organizações populares empenhadas em deter o passo à contra-revolução.



CONTRA OS QUE ACTUAM COMO DONOS DOS SINDICATOS

Na mesma linha de unidade e de defesa intransigente das conquistas da

VERDADEIRA AFRONTA ÀS CLASSES TRABALHADORAS

Os responsáveis directos pelas tentativas de manipulação dos trabalhadores e pela tentativa de transformar alguns sindicatos em coios de verbalismo ridículo (mas que se paga caro) e em bases de apoio para agredir ideologicamente (e não só) trabalhadores associados, lançando o divisionismo e a confusão (única coisa que alguns pseudo-revolucionários e peritos em paleio parece terem na cabeça) não se limitam a encher de fumo o seu palabreado. Passam à prática dos projectos de CCT e, por extenso, propõem que, nos locais de trabalho e de simples passagem dos trabalhadores das Caixas, deverá existir capacidade mínima respirável de 10 m³ por pessoa, um sistema de «controlo» de humidade do ar e um outro de regulação da temperatura ambiente que deverá manter os limites de 24 e 22 graus, respectivamente, no Verão e Inverno.

Comentando esta e outras «reivindicações» do mesmo teor, que constam do projecto de CCT para as instituições de Previdência, Sindicatos dos Operários Agrícolas, Metalúrgicos, Profissionais da Construção Civil do Alentejo, afirmam:

PELA INDEPENDÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL

Um «gabinete de apoio à vida sindical» ou um gabinete de «ordem», «autoridade» e ingerência do Ministério e da Secretaria de Estado do Trabalho na vida sindical? Defendamos a independência das associações sindicais consagrada na lei!

O Ministério do Trabalho, que é dirigido pelo capitão Tomás Rosa e que tem como secretário de Estado o dr. Marcelo Curto, decidiu dar o seu apoio à vida sindical. Deste modo, um comunicado recente daquele organismo, distribuído através da Direcção-Geral da Informação, informava todos os trabalhadores da constituição, no âmbito daquele departamento governamental, de um gabinete de apoio à vida sindical o qual «pretende ser o elo de ligação e cooperação entre os sindicatos e o Ministério do Trabalho».

No entanto, o mesmo comunicado refere igualmente que os trabalhadores «não podem admitir continuar a ser controlados por minorias» e ainda que «nem todos os trabalhadores acreditam nos sindicatos, pois ainda estão a vê-los como organizações corporativas e fascistas, e no entanto, após o 25 de Abril, são a grande defesa dos trabalhadores».

A nota acrescenta ainda que «votar nas eleições sindicais é um dever moral cujo não cumprimento é a esperança e força das minorias».

Perante esta informação imprecisa podem os trabalhadores pensar que a comunicação do actual Ministério do Trabalho, consequência lógica do VI Governo Provisório, significa que o Ministério do Trabalho, tendo em conta que os trabalhadores «não podem permitir continuar a ser controlados por minorias», passarão a ser controlados por aquele departamento governamental, como representante da maioria. Ou então conforme o comportamento dos respectivos sindicatos como representante da maioria. Ou então conforme o comportamento dos respectivos sindicatos como representante da maioria. Ou então conforme o comportamento dos respectivos sindicatos como representante da maioria.

Só far-se-á sentir o «elo de ligação e cooperação entre os sindicatos e o Ministério do Trabalho». Só gostariamos de saber se o critério adoptado se aplica também aos organismos sindicais onde as maiorias elegeram direcções afectas ao Partido Socialista ou ao seu aliado predilecto, o MRFP.

Tomando posição sobre o que considera uma grave ingerência na vida sindical, o Secretariado da Intersindical chama a atenção do Ministério do Trabalho e do seu secretário de Estado para «as suas pretensões de destruir a unidade dos trabalhadores e confundir a opinião pública». E mais adiante:

«O Secretariado da Intersindical não permitirá que em nome de uma autoridade tão contestada pelas massas trabalhadoras, se pretenda interferir na vida sindical, atitude que classificamos de claro desprezo pela independência do movimento sindical unitário.

«Estranhamos que os responsáveis do Ministério do Trabalho, tão preocupados com a «ordem» e «autoridade» se não lembrem que a lei das associações sindicais não deixa ambiguidades quanto à ingerência na organização dos trabalhadores de organismos que lhe são estranhos.

«O secretário de Estado do Trabalho deve ter bem presente que um dos seus ataques preferidos à unidade sindical era (e é) afirmar que assim a Intersindical ficaria na dependência do Estado, o que seria contrário ao princípio da independência do movimento sindical.

«Afinal vem agora o sr. Marcelo Curto procurar, através de processos que fazem lembrar os tempos fascistas, ditar leis à vida sindical, pondo em prática o certamente muito bem aprendido com os seus comparsas da social-democracia».

E o comunicado da Intersindical ao terminar pergunta se:

«Não será este «gabinete» uma mera transposição do «centro de estudos para a reestruturação e formação de novos sindicatos do pluralista Marcelo Curto?», exigindo que seja dada uma explicação às massas trabalhadoras sobre as reais funções do referido «gabinete».

Já agora e recordando um passado não muito distante: o ex-Ministério das Corporações, que não possuía nenhum gabinete de apoio à vida sindical, costumava nomear comissões administrativas para os sindicatos onde os trabalhadores «não podiam admitir continuar a ser controlados por minorias» que tinham ido às assembleias de voto eleger os seus representantes de classe...

Revolução, os trabalhadores de escritório de Lisboa, numa assembleia geral que se prolongou por mais de 12 horas, na noite de 8 para 9 do corrente, denunciaram situações que prejudicam toda a classe e que são da responsabilidade da actual direcção, acusada de comportamentos partidários, divisionista e sectário por elementos que a apoiaram no período da candidatura. Aprovando por aclamação a reintegração dos 13 trabalhadores do Sindicato, arbitrariamente suspensos (decisão que é forçoso obrigá-la a cumprir), a assembleia decidiu manter-se na Intersindical, a central única dos trabalhadores portugueses.

Oito dos onze elementos do Conselho Fiscalizador, órgão da direcção do Sindicato, eleito juntamente com os actuais corpos gerentes, revelaram que «certos elementos da direcção têm tido um procedimento em desacordo com o programa elaborado ou aceite de comum acordo entre todos os membros que compõem esse órgão».

Denunciando esses elementos que «actuam como donos da direcção e do Sindicato», aqueles trabalhadores do Conselho Fiscalizador citaram alguns factos que consideram «incorretos e prejudiciais ao conjunto dos interesses dos sócios deste Sindicato», nomeadamente:

«Difusão de comunicados, em tom provocatório e com carácter divisionista, definindo claramente uma determinada linha política, não perflhada pela maioria dos associados do Sindicato;

«Utilização do aparelho técnico por parte de elementos estranhos ao Sindicato e fora do horário de trabalho, com o consumo de largas quantidades de material e avaria das máquinas, em actividades alheias ao serviço do organismo;

«Presença de pessoas no Sindicato que, embora não sejam sócias, ocupam livremente as salas de trabalho, assim como as da direcção;

«Tomada de posição desfavorável da direcção relativamente aos 13 empregados suspensos do Sindicato, cujos inquéritos não se encontram sequer iniciados, embora para o efeito tenha sido admitido um advogado, há cerca de um mês;

«Admissão de 9 empregados, eventualmente de discutível necessidade,

COESÃO E FIRMEZA REVOLUCIONÁRIAS

(Continuação da pág. 8)

É POSSÍVEL AVANÇAR COM HOMENS DE DIREITA?

Em Almada, como em todas as localidades do País, também a Comissão de Moradores de Almada-Centro discute os problemas mais sentidos pelas populações, nomeadamente o aperfeiçoamento dos serviços públicos, o abastecimento e os preços, a cultura, a saúde, etc. Mas os trabalhadores sabem que não basta discutir esses problemas, propor e tomar medidas para o resolver. Por isso se solidarizam com os restantes trabalhadores e com os trabalhadores em luta pela reforma agrária.

Num apelo para a realização de uma vasta campanha de recolha de fundos, para apoiar a luta dos trabalhadores agrícolas,

anunciada, entretanto, numa conferência de imprensa por dirigentes dos Sindicatos Agrícolas, da Indústria e dos Serviços refere-se:

«Lancemos por toda a parte uma potente campanha de ajuda material para constituição de um Fundo Revolucionário de Apoio à Reforma Agrária (FRARA), o qual seja independente do Estado e gerido pelos próprios trabalhadores, fundo esse destinado a atenuar as grandes dificuldades presentes dos trabalhadores agrícolas portugueses em luta pela Reforma Agrária e pelo socialismo.»

Promovida pelas comissões administrativas das Juntas de Freguesia, realizou-se também recentemente um plenário distrital em Sobral de Monte Agraço, com a presença de numerosas comissões de trabalhadores e quase todas as comissões de moradores do concelho de Lis-

boa. Afirmou-se: «Não podemos acreditar que um governo de características burguesas venha a promulgar leis correctas para a actividade, que se quer revolucionária, das comissões de moradores.»

«Se não somos nós a resolver os nossos problemas, não vai ser o Gabinete (o Governo) a fazê-lo. Temos de decidir: ou uma força organizada da reacção, ou uma frente avançada do poder popular. Não há que ter ilusões. No Governo estão forças que recentemente se afirmaram contra o MFA. É possível avançar com homens de direita?»

Esta pergunta tem uma resposta precisa, que os trabalhadores souberam dar em reuniões realizadas por todo o País nos organismos unitários, que souberam criar por sua iniciativa e manterão activos na defesa da revolução e do socialismo.

informação

Os empréstimos vinculados e os amigos do imperialismo

Em discurso proferido perante a Assembleia Geral da ONU, o embaixador cubano nas Nações Unidas fez um apelo para que se ponha fim «à ingerência imperialista nos assuntos de Portugal e se respeite o direito do seu povo a prosseguir as transformações revolucionárias que iniciou.»

O apelo do embaixador de Cuba, repete o conteúdo de muitos outros apelos que tem vindo a ser feitos por todas as forças progressistas do mundo, a tarefa fundamental que então apontou aos países da América Latina, a «conquista da 2.ª independência» — ainda que num contexto diferente, e fazendo face a problemas diversos — aplica-se também ao nosso país.

A definição de posições políticas que se esboça a nível internacional, referentes aos acontecimentos e ao rumo por que se lança arduamente o nosso povo, reflecte e coaduna-se com idêntica definição de posições no interior do nosso país. Os interesses em causa são os mesmos, as táticas não divergem sensivelmente. O terrorismo, os atentados pessoais, os assaltos a sedes de partidos progressistas, em particular do nosso partido, as provocações de rua, nomeadamente através de manifestações, não são alheias, mas muitas vezes preparadas e fomentadas com auxílio de provocadores especializados, vindos do continente europeu ou americano. Movimentos fascistas, como o MDLP ou o ELP, contam com activo apoio além fronteiras, onde se instalam e agem livremente. O processo de sabotagem económica, que se desencadeou no nosso país desde o 25 de Abril, e que se foi acentuando com os avanços no processo revolucionário, irmana nos objectivos e nos métodos capital «nacional» e estrangeiro.

A luta pela independência nacional, surge assim como elemento indispensável da própria luta pelo definitivo enraizamento da revolução na nossa terra. Tal como o capital nacional não pode obviamente estar interessado num processo que envolva a sua própria liquidação, as multinacionais não estão igualmente interessadas no aprofundamento de uma revolução que lhes «rouba» a esperança de lucros impossíveis de obter em zonas da terra onde a luta dos trabalhadores pode reduzir os parâmetros da sua exploração. Por isso dão-se as mãos.

O avanço do processo revolucionário em Portugal, arrancou a máscara à social-democracia nacional (e não só), que hoje defende abertamente a nossa sujeição à chantagem económica da CEE, e de outros centros do mundo capitalista, de que a própria CEE está no fundo dependente. A coberto de que o processo estaria a ultrapassar, em velocidade, a capacidade revolucionária do nosso povo, defende-se uma política de bons sorrisos (servis e alienatórios) para o imperialismo mundial. Considera-se «encorajante», «prova de confiança da Comunidade Europeia no novo Governo», os empréstimos condicionados que esta se propõe «ofertar». Criam-se sérios obstáculos ao comércio com os países socialistas. Fala-se muito na necessidade de que o estrangeiro (o imperialismo) não tenha de Portugal uma imagem desfavorável, e simultaneamente propala-se uma imagem do nosso país de completo caos e anarquia. É bem visível a quem serve tal política de mal encoberta tração nacional.

A definição de posições a nível internacional, coaduna-se, em absoluto, com a definição de posições a nível nacional. Os que em Portugal se batem pela revolução, pela liberdade do nosso povo em escolher o seu próprio caminho, livre das ingerências do imperialismo, dão-se as mãos com as vozes progressistas que se erguem em todo o mundo contra inaceitáveis ingerências para entrar o processo revolucionário. Os que em Portugal se esforçam por manter abertas as portas aos monopólios internacionais são inequívocos aliados dos que querem ver o nosso país — na América ou na Inglaterra, na França ou na RFA — permanecer coudada sua. Pelo espelho do que tem em casa, é fácil ao povo português reconhecer amigos e inimigos da nossa revolução, por esse mundo fora. É fácil reconhecer quem se bate para que os povos tenham o seu destino em suas próprias mãos.

Os senhores da ALA e os seus apelos

A ALA, que muitos trabalhadores do sector industrial imaginavam quase destruída pelo avanço da Reforma Agrária, levanta novamente a cabeça. Os grandes agrários reorganizam-se e, animados pela presença de amigos seus em vários Ministérios do VI Governo, retomam a arrogância e a agridessida. Não conseguiram durante muitos meses fazer ouvir as suas «queixas» provocatórias nos Ministérios do Trabalho e da Agricultura. Mas agora há em ambos ouvidos mais receptivos às acusações e lamúrias dos senhores da ALA. Não é de estranhar assim que latifundiários de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém proclamem outra vez, como o faziam antes do 11 de Março, que «as coisas vão mudar» e insistam em protestar junto do Governo contra aquilo a que chamam as «ocupações selvagens». Não se limitam, porém, a esse tipo de iniciativas. Segundo notícias recebidas na redacção do «Avante!» — algumas enviadas por trabalhadores residentes no Estrangeiro — os latifundiários da ALA decidiram ampliar o seu campo de acção e estão a dirigir apelos a países imperialistas, apelos que configuram a prática de actos de traição puníveis pela justiça revolucionária. Não se limitam a caluniar os trabalhadores do Alentejo e a tentar transformá-los de vítimas em agressores. Não se limitam a pintar quadros de ruína e de miséria nas herdades ocupadas, como se o caos desejado pela reacção fosse uma realidade. Os agrários da ALA são ambiciosos. Imploram já a intervenção directa de potências imperialistas. Imitam os seus irmãos espanhóis nas vésperas da guerra civil, quando dirigiam apelos a Franco e Sanjurjo para que desembarcassem à frente dos mouros do Rif em terras de Espanha para restabelecer a ordem e os privilégios dos terratenientes ameaçados. Os senhores da ALA, segundo outras informações, igualmente idóneas, estão também em contacto permanente com Spínola, Tomaz, Caetano & Cia. Conspiram com os seus amigos do Brasil, país onde se encontram banqueiros e empresários que foram até ao 11 de Março — como os Espírito Santo, Champalimaud, os Vinhas e outros — donos de imensos latifúndios.

Até quando a ALA, autêntico ninho de conspiradores continuará impunemente a desafiar a legalidade revolucionária? Até quando essa associação de falsos agricultores, de gente que nunca pegou numa enxada poderá desenvolver livremente as suas provocações?

Com a Revolução ou com Champalimaud?

Por decisão do Conselho de Ministros, ou, mais exactamente, por iniciativa do ministro das Finanças, dr. Salgado Zenha, o Banco de Portugal tem um novo Conselho de Administração.

Foram afastados dos cargos que ocupavam os drs. António Tavares da Cruz, José Mariqueza e Mário Brandão. O novo governador é o dr. José Silva Lopes; um dos vice-governadores o dr. Rui Vilar.

O Conselho de Ministros decidiu também aprovar a nomeação do dr. Fernando Olavo Correia de Azevedo para administrador por parte do Estado na «Dialap», empresa de lapidação de diamantes.

Estranhos saneamentos e estranhíssimas nomeações. Os drs. António Tavares da Cruz, Mariqueza e Mário Brandão, no exercício das suas funções de administradores do banco de Portugal deram provas, de serem, além de técnicos muito competentes, elementos totalmente identificados com o processo revolucionário. O mesmo não se pode dizer dos drs. Silva Lopes e Rui Vilar. Ambos se tornaram conhecidos pelos obstáculos de toda a ordem que antes do 11 de Março tentaram levantar a uma política económica e financeira que traduzisse o espírito revolucionário do Programa do MFA. Um e outro opuseram-se sistematicamente a uma política consequente de nacionalizações, lutaram, enquanto puderam, contra a nacionalização da banca e dos seguros, contra a reforma agrária, contra a destruição do poder dos monopólios.

Agora são premiados com cargos de alta confiança pelo VI Governo Provisório. Estamos, portanto, como assinalam os trabalhadores do Banco Pinto e Sotto Mayor, «em face de mais uma provocação reacçãoária» inseparável de um saneamento por razões políticas e não técnicas». A «atitude do dr. Zenha — alegam — insere-se no avanço da direita pelo controle de postos-chave da economia, ou na tentativa de dar tuchos a amigos



da sua confiança política que não oferecem garantias aos trabalhadores».

É muito significativo que enquanto a maioria dos trabalhadores bancários se manifesta publicamente contra uma medida que traduz um recuo no processo revolucionário, a direcção do Sindicato (PS-MRPP) assume uma atitude francamente reacçãoária ao afirmar que não considera «correcto que sejam trabalhadores, neste momento, a eleger os administradores do Banco». Os dirigentes bancários do PS e do MRPP entendem que os administradores do Banco de Portugal devem, claro, merecer a confiança dos ministros socialistas e pebedistas do VI Governo.

Técnicos revolucionários são substituídos por quem? Por técnicos que inspiravam confiança a Spínola e a Champalimaud, ex-dono do Pinto & Sotto Mayor. É dessa forma que o dr. Salgado Zenha (que foi advogado de Champalimaud, como recordam os trabalhadores bancários) demonstra o seu espírito revolucionário e socialista.

Quando a nomeação do dr. Fernando Olavo para administrador do Estado na «Dialap» não causou apenas surpresa e inquietação. Trata-se de uma decisão que as massas populares interpretaram como um acto provocatório. O dr. Fernando Olavo é um elemento reconhecidamente reacçãoário, um adversário da Revolução. Amigo pessoal do ex-general Spínola, chegou a ser indigitado para primeiro-ministro numa época em que a reacção se mobilizava para a aventura fascista do 28 de Setembro. Fernando Olavo é uma criatura de Champalimaud, um testa de ferro do banqueiro-traidor exilado no Brasil. Pode ser apontado como o exemplo dos altos executivos que nos tempos de Salazar e Caetano falavam em nome dos monopólios. Foi presidente das assembleias gerais da Cia Cimentos Tejo, da Metalúrgica Luso Italiana, da Cia Portuguesa de Celulose, da Siderurgia Nacional; membro dos conselhos de administração do Açúcar de Angola, do Banco Nacional Ultramarino e da Sorefane; membro dos conselhos fiscais da Socel, da Hidro Eléctrica da Serra da Estrela; etc, etc. É esse cavalheiro que agora merece a confiança da Revolução Portuguesa para representar o Estado como administrador. Quem representou o gangster Champalimaud, quem foi sempre um porta-voz dos monopólios, quem merece a confiança de Spínola não tem condições para dialogar em nome do Estado com os trabalhadores de qualquer empresa, seja ela qual for.

Basta de saneamentos à esquerda! Basta de nomear reacçãoários para cargos públicos de confiança! Com quem está o dr. Zenha? Com a Revolução ou com Champalimaud?

Portugal na TV da RFA

A República Federal da Alemanha é talvez o país europeu onde a grande imprensa burguesa tem afirmado com mais insistência que em Portugal não há liberdade de expressão. O nosso Partido é acusado diariamente de controlar os órgãos de informação. Mas a República Federal da Alemanha é precisamente o país onde as formas de manipulação da opinião pública relativamente à Revolução Portuguesa são mais notórias.

A revista «Deutsche Volkszeitung» acaba, aliás, de publicar um longo e bem documentado artigo sobre esse assunto. O autor, Karl Pawek, analisou o teor das informações dos telejornais de dois canais da TV durante a semana de 27 de Agosto a 3 de Setembro. Comprovou coisas significativas. Em primeiro lugar, segundo essas notícias, a política em Portugal seria feita em torno de onze pessoas. Em 16 emissões os nomes dessas individualidades foram citados 126 vezes. Em contrapartida o povo português somente mereceu uma citação. O nosso Partido foi mencionado apenas quatro vezes e numa perspectiva crítica. O general Vasco Gonçalves só tinha o seu nome citado em frases negativas, tais como votaram contra ele, demonstraram contra a sua vontade, as suas ordens não serão obedecidas, não tem apoio, etc. A manifestação de fins de Agosto para apoiar o general Vasco Gonçalves não teria contado para a TV alemã com a presença de mais de 20 000 pessoas. «Le Monde» avaliou a massa presente em 60 000 pessoas; diários portugueses em 100 000. Em contrapartida, o secretário geral do PS, para os redactores da TV da República Federal, é uma espécie de herói. O seu nome aparece sempre em frases elogiosas ou, pelo menos, numa perspectiva positiva. Exemplos: Mário Soares acredita que, esclarece, informa, tem razão, está certo. Dele se oferece a imagem de um político no qual se deve reconhecer autoridade.

O que não se pode negar é a autoridade do dr. Mário Soares junto à muito conservadora, muito capitalista TV da RFA. Prova disso foi a mudança de atitude dos telejornais no tocante ao almirante Pinheiro de Azevedo. Inicialmente caracterizaram-no como um elemento revolucionário, insinuaram que estava «próximo dos comunistas». Quando o dr. Mário Soares deu uma entrevista à TV alemã e elogiou o primeiro ministro, o tratamento mudou logo. O telejornal não voltou a atacá-lo e a colar etiquetas ao seu nome.

Quem manipula a Informação?

Trabalhadores intelectuais organizam-se no MUTIDOR

Nas últimas assembleias que promoveu, o Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais para a Defesa da Revolução (MUTIDOR) debateu importantes problemas e aprovou iniciativas e documentos que traduzem a firme disposição de centenas de intelectuais progressistas de desempenharem um papel mais activo, através de novas formas de vigilância e participação crítica, no processo revolucionário.

Na assembleia do dia 7 foi aprovada por aclamação a solidariedade com os trabalhadores metalúrgicos «em luta contra a reacção e em defesa dos seus legítimos interesses e direitos» e, também por aclamação, uma moção condenando as acções provocatórias dos separatistas da FLAMA, na Madeira, exigindo a imediata substituição do Governador da Ilha e a abolição da chamada «colónia», instituição «feudal que permite aos donatários da Ilha explorarem os camponeses».

Na assembleia do dia 14, realizada nas Belas Artes, foi amplamente debatida a orientação do VI Governo Provisório e discutida a cooperação com a Comissão Dinamizadora Central do MFA da qual pode resultar uma importante acção conjunta, no campo da cultura. O MUTI vai colaborar também activamente na campanha nacional de apoio à Reforma Agrária e prestará toda a assistência necessária, na sua faixa de acção cultural, aos Comités de Apoio à Revolução Portuguesa constituídos em vários países estrangeiros.

Durante a Assembleia foram debatidos problemas relacionados com a Informação e, de modo especial, a política do Ministério da Comunicação Social relativamente à imprensa estatizada. Sobre o assunto foi aprovada, por aclamação e unanimidade, uma moção na qual se afirma: «O MUTIDOR vê com a maior reprovacão a política directista que o ministro Almeida Santos, titular da pasta da Comunicação Social, vem seguindo — a qual, sob o infundado pretexto de que a imprensa nacionalizada não desempenha com a independência a sua função, visa pressioná-la a que não critique, não comente, não discuta, antes apoie domesticadamente o VI Governo.

O MUTIDOR conta já com a adesão de cerca de um milhão de trabalhadores intelectuais.

COLECÇÕES DO «AVANTE!»

ENCADERNADO

COLEÇÃO DO «AVANTE!» DE 1974

— 300\$00

COLEÇÃO DO «AVANTE!» DA CAMPANHA ELEITORAL

— 100\$00

À VENDA

NAS LIVRARIAS

«AVANTE!»

E NOS CENTROS

DE TRABALHO

DO PCP

PEDIDOS A

EDITORIAL «AVANTE!»

AVENIDA SANTOS

DUMONT, 57-2.º

LISBOA

REVISTA INTERNACIONAL

ACABA

DE SAIR

O N.º 9 DE 1975

A NOVA GERAÇÃO DE TRABALHADORES NA CHECOSLOVÁQUIA SOCIALISTA

A preparação dos jovens trabalhadores na Checoslováquia adapta-se às necessidades da construção do socialismo

Depois da vitória do povo trabalhador checoslovaco sobre a burguesia, em Fevereiro de 1948, a Assembleia Nacional, em Abril do mesmo ano, promulgou a lei sobre a escola unificada, que, pela primeira vez na história, incluiu as escolas de aprendizes no sistema escolar do Estado, entre as escolas de graduados, como escolas especializadas e tecnológicas. Começaram a criar-se centros de juventude trabalhadora, combinando a oficina de aprendizagem com a escola profissional básica e, eventualmente, com o internato para os aprendizes.

No período da edificação da base material técnica do socialismo, elevaram-se também os pedidos em relação à quantidade e à qualidade das forças de trabalho. Daí resultou, no domínio da preparação dos aprendizes, um sistema das reservas de trabalho estatais. Do sector do ensino separou-se a preparação dos aprendizes para os ramos-chave da economia: essa atenção especial foi assumida pelo Estado. Nos centros de aprendizagem com direcção unificada concentrou-se o ensino teórico, o treino profissional e a educação extra-escolar. Este

sistema trouxe condições materiais e de quadros muito mais capazes do que nos sistemas anteriores. Assegurava uma preparação aos jovens e influiu substancialmente no posterior desenvolvimento das escolas de aprendizagem, cujo prestígio aumentou consideravelmente.

Depois de estar assegurada a preparação dos jovens aprendizes para os ramos-chave da economia nacional, o desenvolvimento das escolas entrou numa nova etapa. O objectivo foi de aprofundar o carácter unificado da escola como preparação da juventude

para as profissões de trabalhadores e da sua direcção em todos os ramos. A Assembleia Nacional, em 1958, promulgou uma nova lei sobre os aprendizes que ainda hoje vigora, com êxitos consideráveis.

Criou-se uma ampla rede unificada de estabelecimentos para a preparação dos aprendizes. No quadro dessa rede formaram-se centenas de milhares de jovens trabalhadores, conscientes e com alto nível profissional, que presentemente contribuem numa forma significativa para o desenvolvimento político e social da sociedade.



O Ministério do Ensino e outros ministérios relacionados elaboraram um sistema de profissões e ofícios, sistema pelo qual têm passado e passam dois terços da jovem geração checoslovaca, e que assegura o crescimento político, profis-

sional e cultural da futura classe trabalhadora.

Com o avanço da revolução científico-técnica nos últimos anos foi necessário actualizar o aperfeiçoamento posterior do sistema de escolas de aprendizagem.

Por isso, em 1973, os órgãos do Partido e do Estado decidiram a sua reestruturação. A intenção é assegurar forças de trabalho suficientes e qualificadas para a economia nacional, e conceder o ensino médio completo a toda a

juventude. O novo sistema de preparação para as profissões trabalhadoras — algumas das suas formas estão ainda no campo experimental — procurar-se-á introduzir em todo o país a partir de 1 de Setembro de 1976.

BULGÁRIA: ENERGIA ATÓMICA PRODUZ ELECTRICIDADE

Evitando a crise energética, a Bulgária avança na produção de electricidade a partir da energia atómica.

Muito antes de que a crise energética tocasse às portas de muitos Estados, o governo búlgaro firmou um acordo com o governo da União Soviética para a construção de uma central eléctrica atómica, em 1966. A resolução foi ditada por três motivos. O primeiro é o incrível aumento da necessidade de energia eléctrica, aumento este devido ao desenvolvimento dinâmico da indústria da agricultura moderna, devido à ampla introdução da electricidade nos hábitos das pessoas depois da completa electrificação do país. O segundo motivo está ligado com a insuficiência de fontes energéticas na Bulgária, em cujo território de 111 000 quilómetros quadrados não foram descobertos depósitos significativos de petróleo, os depósitos de carvão são limitados, os rios são pequenos e com poucas águas. O terceiro é a preferência indiscutível da energia eléctrica, com base na energia atómica, perante

as demais fontes de energia utilizadas até agora.

Os projectos realizados para a central eléctrica atómica nos institutos de projectos e pesquisas científicas Topolelektroproekt em Moscovo, e Energoproekt, em Sófia, começaram a tornar-se uma realidade em 1969. No dia 14 de Outubro daquele ano, perto da cidade de Koslodui, no rio Danúbio, foi dado início à construção. Nas vésperas da Festa Nacional — 9 de Setembro — em 1974, entrou em actividade um dos dois reactores energéticos. Desta maneira a Bulgária tornou-se o primeiro país dos Balcãs e do Sudeste europeu em que a rede eléctrica foi percorrida por corrente eléctrica de «origem atómica». O segundo reactor começou a trabalhar este Verão. Também ele, como o primeiro, será de tipo hidro-hídrico, de «neutrons» lentos, com dois geradores de turbina, cada um com 220 MW.

Os reactores de corpo hi-

dro-hídricos utilizam-se na energia atómica da União Soviética e numa série de outros países. O seu combustível é constituído por urânio francamente enriquecido, enquanto se utiliza a água comum como refrigerador e transportador de calor. O esquema de dois contornos de cada um dos dois blocos energéticos na central eléctrica em Koslodui garante a completa separação dos instrumentos radioactivos dos não radioactivos. Isto faz com que a exploração seja completamente segura e sem perigo para o pessoal. Na carga dos reactores com combustível atómico também está garantida uma boa defesa contra as radiações. Está prevista a renovação de um terço do combustível cada ano, o que se faz com a ajuda de uma máquina especialmente preparada para o efeito. Os instrumentos e aparelhos atómicos são dirigidos por um computador electrónico. Após pesquisas, que dura-

ram alguns anos, feitas na região e com a experiência de outros países, foram tomadas medidas eficazes para a eliminação da menor poluição do meio ambiente devido aos restos radioactivos.

A central eléctrica atómica búlgara tem uma potência inicial de 880 MW. A sua produção anual de 5,6 bilhões de kWh é igual à energia produzida por todas as centrais eléctricas do país durante o ano de 1961. Antes ainda que esteja completamente terminada, já começa a ser ampliada. Na realidade, paralelamente com a primeira central constrói-se uma segunda com a mesma capacidade. Dentro de dois ou três anos espera-se que, perto de Koslodui, estejam construídas centrais energéticas atómicas produzindo mais de 11 bilhões de kWh de energia eléctrica. Para que se tenha uma ideia do que representa esta cifra para o país basta ter em consideração que a pro-



dução nacional em 1956 foi de 2,4 bilhões de kWh enquanto em 1939 foi somente de 66 000 000 de kWh. Actualmente a Bulgária tem uma produção «per capita» de mais de 2 600 kWh (um total superior a 23 bilhões de kWh). Com este índice a sua produção supera de longe todos os países balcânicos assim como a Itália, Espanha e outros Estados. As velocidades de desenvolvimento no campo da energética registadas na Bulgária estão entre as mais altas da Europa. A produção de energia eléctrica duplica em cada 4-5 anos, enquanto noutros países socialistas isto acontece em cada 5-8 anos e nos países não socialistas, em média, em cada 10-12 anos. A produção em 1980 deve atingir mais de 55 bilhões de kWh e no fim do século atingirá 200 bilhões. Com este objectivo a potência total instalada do sistema energético crescerá de 4 milhões de kW em 1960 para, respectivamente, 11

milhões e 40 milhões de kW. As centrais eléctricas atómicas garantirão 50 por cento do crescimento da produção em 1980. No ano 2 000 as centrais eléctricas atómicas corresponderão a um terço das centrais instaladas e a metade da produção.

Num futuro próximo, a Bulgária iniciará a construção de mais uma central eléctrica atómica com capacidade de 2 milhões de kW. Os projectos já estão já preparados. Os especialistas búlgaros pensam em construir não somente centrais atómicas com reactores de um milhão de kW, mas passar também à utilização de reactores de «neutrons» rápidos. Assim, este pequeno país balcânico que vende energia aos seus cidadãos duas vezes mais barata do que a República Federal Alemã, os EUA e outros Estados adelantados tem esperança de satisfazer com êxito as suas necessidades crescentes no campo da energética.

BREVES NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

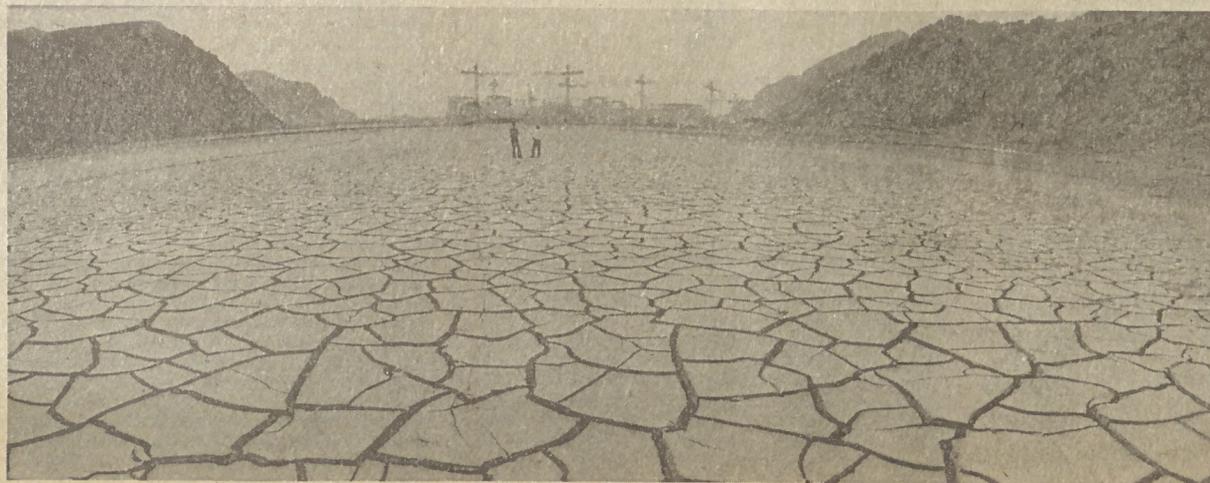
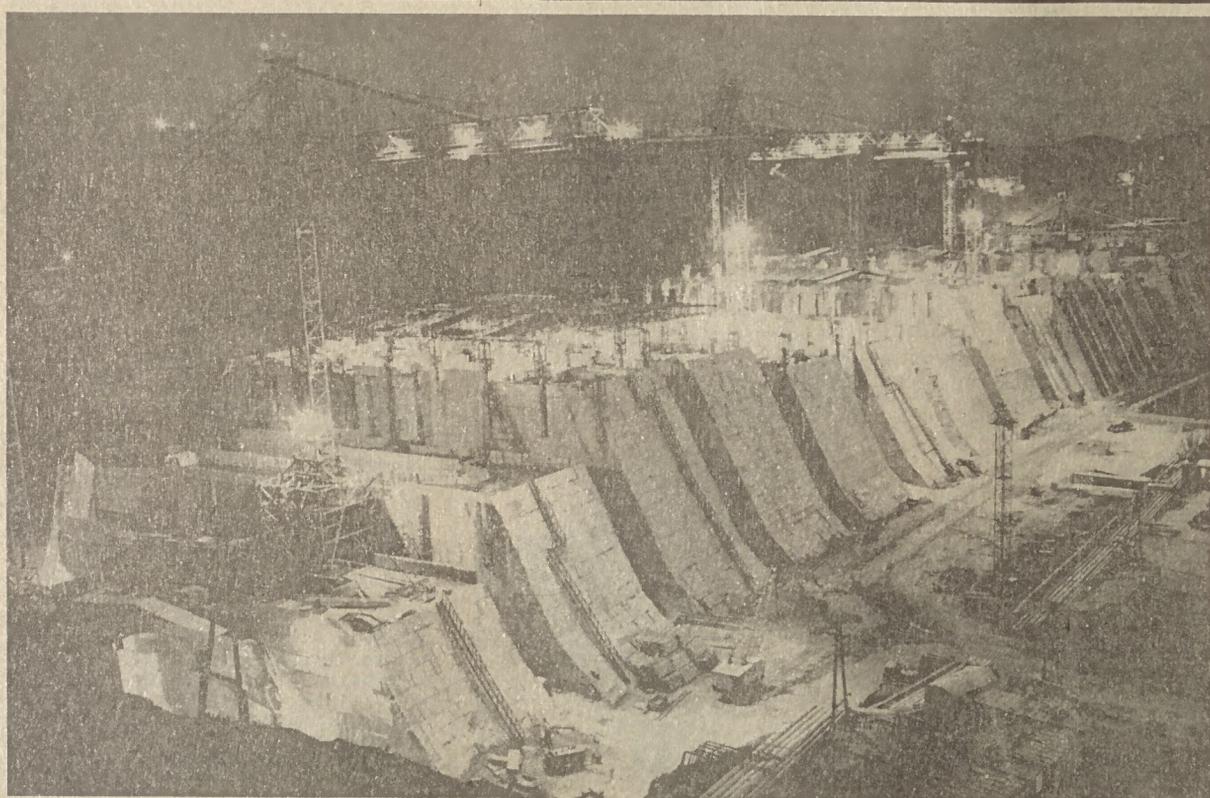
- Aproximadamente um terço da produção industrial polaca provem actualmente das 300 empresas construídas com o auxílio soviético desde a fundação da República Popular da Polónia.
- Especialistas polacos constroem actualmente 100 projectos industriais em 20 países de quatro continentes. Nos anos anteriores, a entidade polaca do comércio exterior «Polimex-Cecop» formou 400 empresas industriais em 60 países, nomeadamente fábricas produtoras de açúcar e ácido sulfúrico.
- Este país socialista planeia construir mais de um milhão e meio de habitações no período de 1976 a 1980, ou seja, 45% mais do que as do actual plano quinquenal.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

- Duzentos e seis mil jovens iniciaram, no passado mês, a sua aprendizagem em mais de 270 profissões. Este plano de formação tem a duração de dois a três anos e no final são concedidos diplomas de operário especializado.

UNIÃO SOVIÉTICA

- Os quatro aeroportos de Moscovo serão reconstruídos e ampliados nos próximos anos. A sua capacidade total de passageiros por ano passará de vinte para trinta e cinco milhões.



UMA BARRAGEM GIGANTESCA EM PLENA ÁSIA CENTRAL

Na fronteira entre Uzbekistan e Kirguísia (repúblicas soviéticas da Ásia Central) está em construção a barragem de Andizhan. Uma muralha de betão com 115 metros de altura cobrirá a distância de um quilómetro entre dois imponentes sistemas montanhosos, o Tian-Shan e o Pamiro-Alai, e formará com as águas do rio Karadariá uma represa com a capacidade de 1.750 milhões de metros cúbicos.

Ao projectar a barragem teve-se em consideração que a zona é de grande actividade sísmica. Mas a gigantesca construção poderá resistir a terremotos até aos nove graus.

A barragem entrará ao serviço no próximo quinquénio e permitirá irrigar 44 mil hectares de terras. A potência da central hidroeléctrica de Andizhan será de 120 000 kilovátios.

